



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIV — N.º 142 — S. PAULO JULHO — AGOSTO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

Carta Aberta a M. Caetano

O funeral da «Grande Política»

O que se publicou em Portugal sobre a visita do sr. Marcelo Caetano ao Brasil revela-nos a profundidade do abismo que separa o país mítico do país real. Lendo o noticiário e os comentários publicados em Lisboa e no Porto mergulha-se em pleno reino da fantasia. Dir-se-ia que o atual chefe da ditadura portuguesa foi recebido no Brasil como César em Roma, após a conquista da Gália. Sua perambulação por este país teria sido uma inenarrável sucessão de triunfos políticos.

Raramente o significado de um acontecimento terá sido tão completamente invertido. O sr. Marcelo Caetano passou muito, assistiu a muitos banquetes, discursou a torto e a direito, mas deixou o Brasil com um melancólico sabor de derrota: o principal objetivo que aqui o trouxe não foi atingido. A certeza da vitória era tão forte que o sr. Augusto de Castro havia anunciado antecipadamente que o Brasil não podia alhear-se de uma estratégia defensiva cujas chaves estariam em Angola na Guiné. Para o diretor do "Diário de Notícias", cabia a Caetano cumprir a mais importante missão internacional do século...

Os factos desmentiram a profecia. O Brasil recusou o papel que lhe havia sido distribuído sem consulta, e a missão do século foi a pique. Logo no dia da chegada, o sr. Marcelo Caetano resumiu o que, desde a sua posse, vem repetindo sobre a necessidade de transformar o Atlântico Sul num mar luso-afro-brasileiro. "Se o litoral brasileiro — disse — constitui uma das posições essenciais para garantia da segurança do Oceano no Hemisfério Austral, não pode esquecer-se que essa segurança tem também posições chaves em Cabo Verde, na Guiné Portuguesa, em São Tomé e em Angola." A insinuação era clara. Mas o discípulo de Salazar fez questão de ser ainda mais preciso: "Ambos os países têm interesses vitais no Atlântico Sul e urge que a Comunidade Luso-Brasileira possa ser atuante no concerto internacional".

Desgraçadamente para o sr. Marcelo Caetano, as coisas não correram como ele e o sr. Franco Nogueira haviam previsto. Em primeiro lugar, o discurso de saudação do marechal Costa e Silva não aludiu sequer a segurança do Atlântico Sul. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, sr. Magalhães Pinto, desmentiu, no dia seguinte, lacónicamente, os boatos relativos ao tão falado pacto do Atlântico Sul — e voltou a desmenti-los no dia 16 — enquanto em Nova York, o embaixador brasileiro junto as Nações Unidas endereçava uma carta à Comissão do Apartheid, declarando que o seu governo jamais pensara em concluir um pacto ou um acordo militar com a África do Sul. O comunicado conjunto distribuído no dia do regresso do sr. Marcelo Caetano veio pôr um ponto final nas derradeiras esperanças do visitante: o texto não contém uma só alusão à política colonial portuguesa, nem à segurança no Atlântico Sul.

Não seria essa derrota fundamental a única sofrida pelo sr. Marcelo Caetano. Como os leitores verificarão pelos comentários que dedicamos ao assunto e pela transcrição de significativos trechos de editoriais e reportagens publicados na imprensa brasileira, o sr. Marcelo Caetano acumulou uma série de malôgros. Falhou no plano económico, falhou na tentativa de se apresentar como liberalizador perante a opinião pública brasileira, falhou até no terreno da postura pessoal, cobrindo-se de ridículo em vários momentos.

O sr. Marcelo Caetano falou sempre em nome de 20 milhões de portugueses. Mas não convenceu o Brasil da legitimidade dessa atitude. Portugal tem apenas 9 milhões de habitantes e os povos das colónias vêm pagando um tributo de sangue demasiado pesado na sua luta libertadora para que a sua personalidade e o seu direito à independência possam ser esquecidos. Democratas portugueses de seis países americanos recordaram essas e outras verdades em Carta Aberta ao chefe do governo fascista de Lisboa largamente difundida nos jornais do Rio e de S. Paulo. E por muito que isso pese ao sr. Caetano, o prof. Ruy Luis Gomes e outros signatários desse documento têm mais credenciais para se apresentarem como intérpretes das aspirações do povo de Portugal do que os comendadores que passaram o tempo a incensá-lo entre discursos e espumas de champagne. Os fatos são de uma clareza meridiana. No seu décimo mês de governo, o sucessor de Salazar veio ao Brasil abrir a cova onde ele próprio enterrou a "grande política", concebida de acordo com os seus parceiros da Santa Aliança.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicamos abaixo o texto da Carta Aberta dirigida ao sr. Marcelo Caetano pelo prof. Ruy Luis Gomes e nove organizações democráticas portuguesas existentes em seis países americanos:

"No momento em que V. Exa. visita oficialmente o Brasil, os signatários na qualidade de cidadãos portugueses e representando entidades democráticas que congregam portugueses residentes e exilados em seis países do Continente Americano:

LEMBRAM que, decorridos nove meses sobre a data em que V. Exa. tomou posse do cargo que vem exercendo, nenhuma das vagas promessas contidas no discurso pronunciado a 27 de setembro p. p. se concretizou. A estrutura ditatorial do regime permanece intacta. Embora V. Exa. tenha afirmado que "todos não somos demais para continuar a Nação" e que procuraria estabelecer a "comunicação desejável entre o Governo e a Nação" a política que vem desenvolvendo caracteriza-se, como a do Governo anterior, por um

absoluto desprezo pela vontade nacional. Não obstante V. Exa. ter sublinhado que não queria "ver os portugueses divididos entre si como inimigos", nada fez no sentido de criar as condições mínimas para que os adversários do regime pudessem manifestar-se democraticamente sobre os problemas fundamentais do País.

DEPLORAM que o povo continuou impedido de debater ampla e livremente o problema da guerra colonial e que o Governo, discricionariamente, considerou como traidores à pátria — punindo-os — todos os cidadãos que defendem o direito à autodeterminação das populações das colónias, direito aliás repetidamente sustentado pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Resoluções desrespeitadas pelo regime que V. Exa. encarna. A actual política colonial portuguesa traduz-se, como V. Exa. sabe, por crimes hediondos praticados contra populações indefesas — as chacinas colectivas, a tortura, o assassinio de prisioneiros, e o uso do napalm, do fósforo

branco e de produtos tóxicos estão amplamente documentados em vários relatórios submetidos às Nações Unidas — pelo crescente isolamento de Portugal no plano internacional e por um pesado tributo de sangue pago pela juventude portuguesa. Neste momento, o efetivo das Forças Armadas nas três principais colónias ascende a cerca de 150 000 homens, o que confere a Portugal o segundo índice de militarização do mundo. E a guerra mata. Só na pequena Guiné morreram em 1968 quase 2.000 soldados e oficiais portugueses, isto é, um número de baixas muito superior, proporcionalmente, às sofridas pelos Estados Unidos no Vietnam.

PROTESTAM contra a repressão policial que, em vez de se atenuar, tende a aumentar. Contrariamente ao que sustenta a propaganda oficial, a atmosfera reinante é de opressão, como se prova pela violência com que a PSP, a Guarda Republicana e a PIDE agem sistematicamente contra todas as manifestações popu-

(Continua na pág. 2)



A GUERRA QUE CAETANO NEGA

Durante o simulacro de conferência de imprensa que concedeu no Rio de Janeiro, o sr. Marcelo Caetano negou a existência de um estado de guerra nas colónias, afirmando que tudo se limitava a incursões de bandos armados nas zonas fronteiriças.

A realidade é outra. E o sr. Caetano não a desconhece. Achou incomôdo explicar por que motivo mantém em África um exército de ocupação de 150.000 homens, da mesma forma como terá achado inoportuno recordar que, ao visitar Bissau em abril, protegido por um impressionante aparelho de segurança, confessou no seu discurso que só um milagre poderia mudar a situação em que se encontram na Guiné as tropas portuguesas.

O mapa que acima publicamos mostra a distância que separa a realidade das palavras do sr. Marcelo Caetano. As zonas sob controle português (em branco) representam hoje menos de um quinto do território da Guiné. Na pequena colónia a guerra que não existe ocupa um corpo expedicionário português de 35.000 homens, cuja maioria se acha cercada nas cidades e campos entrancheirados no Interior. Quem o confirma, num livro a que brevemente dedicaremos a merecida atenção, é o escritor e historiador inglês Basil Davidson que para escrever essa importante obra passou vários meses nas zonas libertadas, com os patriotas do P.A.I.G.C. É desse livro — editado na Inglaterra, nos Estados Unidos, em França e brevemente no Japão, na Itália e na Suécia — que extraiamos o mapa que desmente o sr. Caetano. E parece-nos oportuno lembrar que no próprio dia em que o sucessor de Salazar discursava na Ilha de Bissau, os combatentes do P.A.I.G.C. atacavam as cidades de Farim, Mansoa, Bula, Catió e Begene e os principais campos entrancheirados em mãos do exército colonialista.

O NATO-MORTO

FRANCISCO VIDAL

Aquêles dos nossos leitores que há muito não vivem em Portugal e que, portanto, não se encontram bem a par — em detalhe — de tudo quanto se tem passado, se passa e — pelos vistos — continuará a passar-se na nossa sacrificada terra lusitana ignoram os epítetos com que têm sido mimoseados os nossos homens públicos — não confundir com o feminino da expressão — se assim podem chamar-se os que há tantas décadas perante o lúgubre silêncio da Nação se encarregaram de a amordacar bem amordaçada pela força da tirania, impedindo o povo de pelo menos gritar por socorro, pois seria por certo esse o único grito que todos solitariam se lho permitissem as cordas vocais, há tanto sem qualquer função em Portugal.

Alguns desses epítetos, alcunhas para nós, apelidos para os brasileiros, são deveras saborosos: tivemos o "almirante do bacalhau" — o famigerado Tenreiro —, o "pires voador" — o Pires de Lima, tão amante das artes cénicas —, o "tolices por três" — Ulisses Cortês de seu nome oficial, cuja maior virtude foi a de carregar por anos seguidos a pasta do seu Ministro, o falecido Manuel Rodrigues —, o "pão de segunda" — o "inteligente" Trigo de Negreiros, tantos anos Ministro do Interior — o Barbosa das faturas — Ministro que foi da Economia e que queria, por decreto, baixar os preços de tudo, muito especialmente de certa marca de automóvel na qual estava interessado, etc. etc. Um dos que, porém, era dos mais conhecidos, aos tempos em que também o autor destas linhas penava por lá os seus pecados, referia-se precisamente a uma das figuras mais gradas do regime, se é que em regimes ditatoriais existem figuras gradas além do próprio ditador que, onipotente e onipotente, tudo sabe e tudo decide. Este figurão era e provavelmente ainda o é conhecido por pudim flan, ou de pudim de caramelo para os meus leitores brasileiros. Por quê? Porque teve sempre a habilidade — teia-se a completa falta de vergonha — de se adaptar a tudo e a todos, servindo sem titubear às manobras mais escusas — e quais o não são? — do Estado Novo, conseguindo com isso que não com a sua inteligência, que reconhecida ainda não ultrapassou o estado embrionário, ganhar-se a funções as mais altas da República Corporativa, como saloioamente é conhecido o Portugal de hoje, pelo menos IN NOMINE, pois o poder em regimes como o nosso pertence única e simplesmente ao próprio ditador que nem por sonhos pensa em partilhá-lo com outrem.

Não o nomeio. Todos o conhecem e todos sabem das suas atrevidas afirmações que, desculpem-me... apenas se devem à existência da reduzida massa cinzenta de que dispõe. Por mim, o considerarei sempre um nato-morto, ou nat-morto, como se diz no Brasil; ninguém o leva a sério a não ser, possivelmente, os torcedores de conhecido clube de futebol lisboeta, de

que sempre se declarou adepto fervoroso o que aliás em nada tem concorrido para que o mesmo alguma vez, pelo menos nestes últimos anos, haja sido alcandorado aos altos lugares do campeonato lusitano. Talvez seja que o homem é "pé jrio" em demasia...

Pois este QUIDAM, que como a conhecida figura da arte, nunca muda de opinião e é sempre governista, pois quem muda realmente são os governos e ele é sempre a favor dos que ocupam o poder, fez recentemente, segundo as folhas lá da terra, apoteótica visita a uma das cidades portuguesas mais atrasadas do País, a propósito da mesma completar não sei quantos anos de fundação, e aí botou o costumeiro discurso, cheio de lugares comuns e de frases feitas, como é seu hábito, — desculpem-me-lo de novo... — nada mais nada menos que copiado de todos os pronunciados por aqueles que, como ele, nada mais têm feito a vida toda do que bajular o velho ditador, hoje incapacitado de continuar torturando o nosso povo e cujos discursos, dêle próprio, também nada mais eram que cópias feias do primeiro que fez, quando, a pretexto de "sanear os costumes", se preparava para oprimir durante toda a sua vida o nosso povo.

O nosso homem, dirigindo-se ao Presidente da Câmara local da tal cidade que comemorava o aniversário começou por dizer que agradecia as palavras daquele, palavras que, afirmou, "eram à prova de chuva" (sic) — o que parece insinuar que se trata de palavras chorosas, a par da chuva copiosa que caía — e que segundo ele nem sequer eram próprias da época decorria, o que pode significar a revolta da natureza à presença de tão deslavado sem vergonha. A elas, aliás, juntou o Presidente da Câmara as próprias lágrimas, chorando todos provavelmente pelo estado a que chegou a nossa Pátria...

Depois de aproveitar a ocasião para de novo incensar o "falecido" ditador, afirmando que ele era a representação viva da Pátria, sem especificar de qual Pátria se tratava, se daquela reduzida Pátria de umas centenas de oligarcas que dela se aproveitam para viver à "tripa fôrra" ou da verdadeira Pátria dos trabalhadores que a julgam perdida pela insensatez dos governantes, o nosso Calino ou Conselheiro Acácio, como preferirem, referiu-se ao desejo de todos de quererem ser portugueses até à morte — possivelmente lembrando-se embora de forma inconsciente dos que dão a sua vida numa guerra sem razão nas colónias, praticando um genocídio que só a História julgará — e teve uma frase lapidar, que um colega de redação do PD acha ser de puro humor negro e que consiste em informar os presentes, presentes apesar da chuva e do choro do Presidente da Câmara, que o seu "anseio é continuar sendo português porque se além da morte vivermos sempre sob terra portuguesa isso

significa que Portugal será eterno, como eterno é o sono da morte"...

Convenhamos: esta funérea tendência para já se considerar semi-morto, ele que nada mais tem sido que um morto-vivo, não o classifica corretamente como o nato-morto que sempre foi? Não se enganou lamentavelmente de profissão este cultor das artes mortuárias? Não daria ele um excelente agente funerário?...

CARTA ABERTA A CAETANO

(Continuação da 1.ª pág.)

lares: romagens fúnebres do 5 de Outubro, proibição dos desfiles do 1.º de Maio, espancamento de democratas à saída de actos públicos em recintos fechados, encerramento do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Direito de Lisboa e, por último, da Universidade de Coimbra. A completar o quadro, sacerdotes africanos continuam confinados, os campos de concentração coloniais em funcionamento e intelectuais estrangeiros de prestígio internacional são expulsos ou proibidos de entrar em Portugal.

DENUNCIAM como incompatível com as garantias constitucionais e com a lei eleitoral o comportamento das autoridades em relação aos trabalhos preparatórios das eleições legislativas de novembro. A proibição das comissões promotoras do voto e das restrições impostas ao livre diálogo com a Nação dos eventuais candidatos da Oposição justificam as acusações desta de que o Governo prepara apenas uma nova fraude eleitoral, semelhante às do passado. As medidas tomadas para limitar o mais possível a repercussão do II Congresso Republicano de Aveiro e concretamente para obstar a que muitas das teses apresentadas fossem levadas ao conhecimento da opinião pública confirmam o propósito deliberado em que V. Exa. está de se opor a uma democratização do País.

RESPONSABILIZAM V. Exa. pela recusa do direito de livre locomoção aos exilados políticos portugueses, e apontam a negação de passaportes comuns a certos democratas emigrados — por decisão expressa do Governo, conforme informação oficial dos consulados — como violação frontal do art. XIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita pelo Governo de Lisboa.

REJEITAM como inverídicas as afirmações da propaganda governamental sobre o progresso e a paz social que existiriam em Portugal. Infelizmente, como as estatísticas internacionais e nacionais o demonstram, Portugal é hoje o país europeu com menor renda PER CAPITA, com maior percentagem de analfabetos, com menor percentagem de população universitária, menor consumo de carne, leite e ovos, as mais escandalosas facilidades ao capital monopolista estrangeiro e as mais elevadas taxas de tuberculose e mortalidade infantil. Ostenta-



mos ainda outro record negativo: a maior percentagem de condenados políticos. O "paraíso" criado pela ditadura portuguesa, cuja continuidade V. Exa. assegura, reflete-se bem na fuga do homem português. De onze milhões que somos, dois vivem no estrangeiro. Nenhum outro país no mundo suportou tal sangria.

Solidários com as exigências imediatas do povo português, consubstanciadas sinteticamente nos 14 pontos da Resolução final do II Congresso Republicano de Aveiro,

RECLAMAM de V. Exa., como condições indispensáveis à democratização de Portugal: A IMEDIATA EXTINÇÃO DA POLÍCIA POLITICA, DOS TRIBUNAIS PLENARIOS E DA CENSURA, A AMNISTIA GERAL AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS, O FIM DAS GUERRAS COLONIAIS, O ENCERRAMENTO DAS BASES MILITARES ESTRANGEIRAS, O RESPEITO INTEGRAL DE TODOS OS DIREITOS INSCRITOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM DAS NAÇÕES UNIDAS, E A ELEIÇÃO DE UMA CONSTITUINTE.

8 de Julho de 1969.

aa) — Ruy Luis Gomes, Professor Catedrático e ex-candidato à Presidência da República.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO DE JANEIRO: Francisco de Oliveira Pio, oficial do exército; Manuel Pedroso Marques, oficial do exército; Eugénio Mercês, comerciante; José da Costa Bastos, operário; Jaime Sabino, empregado de escritório; Manuel Lourenço Neto, industrial; Alfredo Masson, técnico industrial.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RECIFE: José Morgado, Professor Universitário e Angelo Ferreira da Silva, comerciante.

Pela UNIDADE DEMOCRATICA PORTUGUESA: Joaquim Barradas de Carvalho, Professor universitário; Manuel Moura, técnico industrial; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Victor Ramos, Professor Universitário; Augusto Aragão, auditor; Helder Costa, securitário; José Mário Bodas, operário; Mário Henrique Leiria, escritor; Joaquim Quitério, contabilista; Maria Sofia César, estudante; Júlio Pereira, vendedor; Manuel Myre Dôres, engenheiro; Humberto Silva, operário; José Martins, industrial; Joaquim José, industrial; Ma-

nuel Garcia, advogado; João Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante; Maria Antónia Fideiro, estudante; António Gil, editor; Abílio Rodrigues da Silva, livreiro.

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DA VENEZUELA: A. Martins, João Lopes, Martinho Silva, Rubens de Souza, Fernando Natividade, Antonio Gomes da Silva e José da Costa Lopes.

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DO URUGUAY: Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Martins.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DOS ESTADOS UNIDOS: Francisco Aleixo, Ana Mello, Servio Mello e Margarida Aleixo.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES da ARGENTINA: Professor Antonio Aniceto Monteiro e José de Jesus Pina.

Pela PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION (Toronto): Ricardo Félix, Manuel Sanches, Tony Godinho, Didimo Godinho, Francisco Pinto e José Vieira.

Pelo MOVIMENTO DEMOCRATICO PORTUGUES DO CANADÁ (Montreal): Alberto Martins, Antonio Simões,

Amélio dos Santos, Antonio Saraiva, Mário Lebre, José Protásio da Silva, José Noivo, Maria Celeste Noivo, Custódio Carrusca de Souza, Antonio Santos, Julio Felix, Aurília dos Santos, Maria da Conceição Simões, Renato Silva, Joaquim Amorim, Amadeu Moura, Joaquim Lourinho, Gil Simões, Bruna da Cunha Viana, Magda Viana, Abílio Neves, Deolinda Santos, Joaquim de Souza, Cunha Viana, Manuel Vila França, Maria Helena Carrusca, Leonilde Santos, Jorge Moura, Odete Moura, Maria Natália Silva e Irolinda Martins.

Sobre Salazar

Como esta coluna já antecipou, o Sr. Oliveira Salazar continua acreditando que ainda é o Primeiro Ministro de Portugal. Ninguém teve coragem de lhe falar nada até agora. No Palácio São Bento, mantém a dignidade de chefe de Estado e assim é tratado. Todas as pessoas que lhe têm acesso são instruídas contra uma indiscrição fatal. Em sociedade tudo se sabe.

(Do colunista mundano Ibrahim Sued).

Nolas e comentários

O Malôgro Económico

Do primeiro ao último, os discursos pronunciados pelo sr. Marcelo Caetano no Brasil foram um amontoado de inverdades. A serem verdadeiras as suas afirmações, Portugal seria, sob o seu governo, o país mais feliz da Terra, aquele onde reinaria uma paz social mais perfeita, uma nação varrida por um surto de progresso excepcional.

O Brasil não acreditou: sabia que essas imagens paradisíacas encobriam uma realidade completamente diferente do quadro esboçado pelo visitante. Não acreditou em primeiro lugar nos cânticos de se-reia caetanistas sobre as maravilhas e facilidades da cooperação económica e da integração do espaço luso-afro-brasileiro. Não basta afirmar, como o fez o sr. Caetano, que "a Comunidade é uma política", que portos francos serão criados nas colónias e que o Brasil não terá problemas na Europa porque Portugal é membro da EFTA, da mesma forma que Portugal poderá entrar nos mercados latino-americanos pela mão do Brasil, membro da ALALC. A realidade é muito mais complexa. O delírio verbal era tamanho que o sr. Caetano olvidou mencionar até mesmo o fato de que o comércio português — exatamente como o do Brasil — é muito mais importante com os países do Mercado Comum Europeu do que com os da EFTA. No afã de prometer a Comunidade perfeita, o chefe da ditadura de Lisboa quase se equiparou ao comendador proprietário de uma cadeia de supermercados que, numa longa entrevista, incluiu na EFTA, por sua conta, países associados do Mercado Comum, omitindo em troca membros daquela associação.

A imprensa brasileira, porém, encarregou-se de fazer descer o sr. Marcelo Caetano da lua à terra. Lembrou-lhe concretamente que as exportações do Brasil para o mercado português têm atualmente possibilidades muito limitadas e que as economias de Angola e Moçambique não são complementares da brasileira, mas concorrentes. A amizade que une os dois países — escreveu um conhecido editor económico — e a "vontade sincera de maior cooperação económica não nos devem levar a decisões que, no caso do ultramar português, prejudicariam nossas próprias possibilidades de exportação e, com isso, nosso balanço de pagamentos".

Lembrou o sr. Marcelo Caetano que "uma coisa é definir princípios, proclamar convic-

ções, protestar afeições sinceras. Outra praticar no dia a dia o que se pensa e quer". Tudo leva a crer — diríamos nós — que aquilo que o fascismo português *pensa* e quer em relação ao Brasil não será praticado *no dia a dia*.

O Malôgro do 'Liberalizador'

O malôgro do "liberalizador" não foi menor no terreno político do que o do tecnocrata improvisado no terreno económico. Imaginava o visitante que lhe bastaria a simples enunciação de uma série de lugares comuns sobre a sua vocação de professor, o seu amor pela juventude, e o tratamento de hotel de luxo vigente nos presídios políticos de Portugal, para que a opinião pública brasileira ficasse deslumbrada com a sua personalidade de *democrata autêntico*.

Não foi o que aconteceu. O sr. Marcelo Caetano, habituado ao estilo da *ménagerie* salazarista, esqueceu-se de que o povo brasileiro prestava mais atenção aos seus gestos e atitudes do que às tiradas grandiloquentes dos discursos pomposos. Vários fatos causaram uma impressão penosa. De todas as omissões, a que mais chocou foi a ausência de uma palavra sobre o restabelecimento dos direitos do homem em Portugal. Um dos jornais que acolheu a sua visita com simpatia — "O Estado de São Paulo" — chamou-lhe a atenção para isso, antes do regresso a Portugal, escrevendo, em editorial: "Em todos os seus pronunciamentos, sempre eloquentes sem pedantismo como profundos sem obscuridade, jamais aludiu o sr. Marcelo Caetano ao presente ou ao futuro das liberdades portuguesas. Não haverá tido s. exa. momento propício para tanto. É pena."

No mesmo dia em que tais palavras eram escritas, o sr. Marcelo Caetano demonstrou no Rio que o seu silêncio sobre essa questão chave resultava de um propósito deliberado. Havia prometido conceder uma conferência de imprensa. Sobre a mesma, a Embaixada fez grande propaganda. Mas, na hora da verdade, colocado perante 28 perguntas formuladas por jornalistas brasileiros e estrangeiros — perguntas que abarcavam as questões mais candentes da conjuntura portuguesa e da guerra colonial — o "liberalizador" apavorou-se e recuou. Verificou-se então um facto inédito no Brasil. O sr. Caetano negou-se a responder às perguntas concretas. Depois de relembrar que já fora jornalista, informou os reporteres que os problemas por eles suscitados podiam ser classificados em três categorias. E, seguidamente, fez três discursos sobre "as relações luso-brasileiras", "os problemas do Ultramar" e a "política interna de Portugal", papagueando todos os chavões tradicionais do fascismo português.

Embora o diálogo tivesse sido substituído por um enfadonho monólogo, mesmo assim houve aspectos ridículos nas considerações do "entre-

avistado". Depois de afirmar que em Portugal não há ninguém detido arbitrariamente e que os presos políticos não chegam a 100, acrescentou enfaticamente: "Faço questão de frisar que esses presos não o são por terem idéias, mas sim por actos concretos praticados. E todos, sem excepção, foram condenados pelos Tribunais Plenários, tribunais que o sr. Caetano apresentou como ordinários... Quanto à censura, ao discorrer sobre as suas virtudes, romperam risos na sala quando emitiu este conceito lapidar: "tôda uma geração de jornalistas está habituada a esse sistema; o público e os próprios governantes também a êle estão acostumados, gerando-se daí uma verdadeira ética". Acrescentou ainda que "só a Assembléia Nacional tem competência para interferir na Lei de Imprensa e só a próxima Assembléia a ser eleita poderá tratar do assunto". Mas nada disse a respeito das reivindicações dos democratas portugueses relativas às eleições de novembro. O fato causou tanta estranheza que, novamente "O Estado de S. Paulo" comentava em editorial, após a partida: "O Brasil não ignora qual a formação política dos senhores deputados à Assembléia Nacional portuguesa, nem o papel que esta vem representando para a manutenção do regime (...). Será a futura Assembléia Nacional Portuguesa eleita livremente, segundo os ensinamentos democráticos impõem? (...) Aquilo que mais importa, que seria a possibilidade de estendemos amanhã a nossa comunhão ao terreno dos sentimentos democráticos continuará a ser para nós uma incógnita".

A Colónia, adulada, mas abandonada

Como era de esperar, a Embaixada e as entidades a ela ligadas não tiveram a menor dificuldade em reunir em torno do sr. Marcelo Caetano as individualidades "importantes" da colónia, isto é os homens de grandes fortunas. Houve mesmo disputa pelos lugares nos banquetes, como se comprova pelos relatos que transcrevemos da imprensa brasileira. A propaganda realizada em torno do jantar do dia 12 na Embaixada e da recepção que se lhe seguiu atingiu aliás exageros que os jornais brasileiros não deixaram de mencionar. O banquete, para 100 pessoas, e a recepção, para 600, deveriam "marcar época no Rio", segundo os organizadores. E marcaram. O custo total dessas fastosas solenidades excedeu 150.000 cruzeiros novos, isto é 1.000 contos portugueses. De Portugal, segundo um porta-voz do embaixador Manuel Fragoso, vieram as mais requintadas iguarias, entre as quais 200 perdizes. Não é de estranhar assim, que impressionado por tamanha atmosfera de grandeza, aquele diplomata — quiçá julgando-se um sátrapa persa ou um Califa das Mil e Uma Noites — tenha mandado armar nos jardins da Embaixada para o almôço do dia 10, — êsse de carácter íntimo, *uma tenda oriental autêntica*. O fausto é companheiro histórico da mi-

séria. Provavelmente foi o que ocorreu ao embaixador Fragoso Al Rachid, certamente lembrado de que Portugal possui a menor renda *per capita* da Europa.

Mais difícil, muito mais difícil foi para o embaixador a tarefa de mobilizar a grande massa dos pequenos imigrantes para um apoio permanente e ruidoso ao sucessor de Salazar. No Rio, devido à capacidade de enquadramento das coletividades portuguesas controladas pela Embaixada ainda se tornou possível aos representantes do fascismo trazer para a rua, na quarta-feira, dia 10, alguns milhares de pessoas. Entretanto, mesmo na antiga capital, só nesse dia o sr. Marcelo Caetano se viu rodeado da atmosfera que desejava. Em São Paulo, a recepção popular foi um malogro completo. Numa cidade onde vivem quase 400.000 portugueses, apenas umas escassas centenas compareceram no aeroporto, no dia 9. E, de tarde, nas ruas, o sr. Marcelo Caetano não terá recebido os aplausos de mais de 5.000, em tôdas as solenidades do programa. A despedida, essa, teve as proporções de um fiasco. Segundo o "Jornal do Brasil", havia apenas 10 populares a dizer adeus ao sr. Caetano quando embarcou para o Rio, em Congonhas, às 10 horas da manhã, do dia 10.

É possível que a Embaixada tenha sido surpreendida pela insignificância da participação popular nas homenagens prestadas ao sr. Marcelo Caetano num país onde — segundo estatísticas divulgadas pelas autoridades fascistas — se acham radicados cerca de 1.200.000 portugueses.

A ausência da grande massa portuguesa não pode, claro, ser atribuída a factores de carácter político, até porque, infelizmente, o nível da consciência política do imigrante português no Brasil é muito baixo. Mas o português que não enriqueceu, o português que não comparece aos banquetes e recepções e não está interessado na oratória pomposa sobre a segurança do Atlântico Sul e menos ainda na vocação tardia de historiador do sr. Marcelo Caetano, êsse português sente e com razão que os seus problemas concretos são sistematicamente esquecidos pelas autoridades do seu país. Quando se apresenta, timidamente, num consulado, é tratado com arrogância por funcionários mal educados e espera por vezes um tempo infinito antes que alguém se digne atendê-lo... para o mandar embora se a questão colocada transcender a rotina burocrática.

Para êsses portugueses, não teve o sr. Marcelo Caetano uma palavra de esperança. As reivindicações concretas, imediatas, do português que mantém intactas as virtudes da raça e que as afirma no seu labor diário, não mereceram a atenção do sr. Marcelo Caetano. No que se refere à equiparação real de direitos, à revalidação efetiva e fácil de diplomas ou especializações profissionais, as questões relacionadas com a transferência de divisas, a mil e um pequenos e grandes problemas fundamentais para o português do Brasil mas rasteiros para o estadista da "missão do século" nada de importante tinha a dizer o visitante. Limitou-se a fórmulas propositadamente vagas. Preferiu falar de Direito Administrativo, das Constitui-

ções do Século XIX, ou do padre Manuel da Nóbrega. Sob a genuína tenda oriental do embaixador Fragoso eram outros os temas debatidos pelos artífices da "grande política"... falhada.

A PIDE deu Escândalo

A PIDE não podia deixar de dar um ar da sua graça no Brasil. Embora, segundo nos informam de Lisboa, os pides encarregados de zelar pela "segurança" do sr. Marcelo Caetano tivessem recebido instruções rigorosas para se comportarem com a maior discrição, a sua passagem pelo Brasil foi ostensivamente notada. Não nos referimos já aos empurrões que distribuíram e ao modo arrogante como, trotando atrás do chefe, exibiam, mal escondidos pela roupa, volumosos revólveres. Os membros dessa corporação de assassinos — cujo chefe foi recente m e n t e condecorado com a Ordem do Infante pelo ministro Rapazote, por "altos serviços prestados à Pátria" — gostam de se exhibir, têm uma vaidade estúpida em marcar presença. Certamente por isso causaram um escândalo maiúsculo durante o banquete realizado no Palácio do Governo, em São Paulo. Não lhes havia bastado o facto de a opinião pública já os haver identificado através das fotos publicadas na imprensa, sempre que os seus rostos patibulares surgiram entre as personalidades da comitiva. Queriam mais! E atingiram o seu objectivo.

Pouco antes do início do banquete no Palácio dos Bandeirantes, quatro pides entraram no salão e, apesar de não haverem sido convidados, sentaram-se na extremidade de uma das mesas. Preocupado, um funcionário superior do Protocolo pediu-lhes delicadamente que se retrassem, pois aquêles lugares eram necessários. Os discípulos de Agostinho Lourenço aceitaram mal a intervenção e negaram-se terminantemente a atender o pedido, seguindo-se um diálogo em que se distinguiu especialmente um gigante vesgo, com ares de orangotango e que repetia sempre: "Somos da segurança do sr. presidente Marcelo Caetano e estamos cumprindo ordens. Daqui não saímos". Elementos da Polícia Federal brasileira que presenciavam a insólita cena, revoltados com tanta insolência, aproximaram-se então e declararam: "Se a PIDE fica, nós também ficamos!".

As negociações prolongaram-se, mas o orangotango estrábico e seus companheiros não abandonaram a mesa. Os agentes da polícia brasileira cederam aos argumentos que lhes foram apresentados e retiraram-se para outra sala, onde jantaram. Mas a PIDE ficou!

Bonecas Deslumbradas

Não caberia nesta edição do nosso jornal o relato minucioso dos aspectos grotescos da visita do sr. Caetano que se constituíram em tema humorístico para a opinião pública brasileira. Para que os nossos leitores possam fazer

Continua na pag. 9

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Alarga-se e intensifica-se em todo o País a luta dos trabalhadores

Em nossas últimas edições assinalávamos que no 1.º trimestre deste ano mais de 20 mil trabalhadores portugueses haviam participado de movimentos reivindicativos. Entretanto, chegam-nos notícias, quase diariamente, dos nossos correspondentes no país, informando que a poderosa vaga de greves, paralizações e concentrações continua a alargar-se mobilizando novas dezenas de milhares de trabalhadores, que, através de suas lutas nas empresas e nos sindicatos, tem conquistado importantes vitórias. Aumentos de salários, que chegam a ultrapassar 20\$00 diários, pagamento do 7.º dia (domingos) e outras importantes regalias negadas pelo governo e pelo patronato à classe operária portuguesa, têm sido conquistadas.

As acções dos trabalhadores, ligadas às greves e manifestações dos estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto, abrem novas perspectivas à luta popular. E, na fase atual do combate ao salazarismo sem Salazar, a luta económica desencadeada pela classe operária, a luta dos estudantes pelos seus interesses específicos, entrelaçadas com as actividades desenvolvidas pelos democratas portugueses para conquistarem as liberdades civis fundamentais, constituem a resposta do povo português à demagogia do sr. Marcelo Caetano e indicam o rumo a seguir para instaurar a democracia em Portugal. Assim — e só assim — os trabalhadores e todos os demorados apressarão o dia da libertação. E, por isso, rendemos as nossas homenagens e aplausos à luta dos trabalhadores, dando a seguir um resumo das greves, paralizações e manifestações ocorridas ultimamente.

MILHARES DE TRABALHADORES EM GREVE

FABRICA DAS BALEIAS — Em Setubal, na antiga fábrica das baleias, hoje fábrica de algodão, os trabalhadores estiveram em greve durante 3 dias. No início do movimento grevista 2 operários foram presos pela PIDE. Com esta medida repressiva as autoridades pensaram poder acabar com a greve intimidando os trabalhadores. Porém, estes mantiveram-se unidos e afirmaram que não retomavam o trabalho enquanto não lhes fosse concedido o aumento que reivindicavam e libertados os dois colegas presos. Ao terceiro dia de greve, o patrão e a polícia cederam. Os trabalhadores conquistaram o aumento e a libertação dos dois operários.

NOVALTO — Os 800 trabalhadores desta fábrica, também de Setubal, realizaram uma greve de braços caídos. O patrão, para tentar quebrar a firmeza dos trabalhadores, despediu vários deles. Mas os trabalhadores não se deixaram amedrontar. Não só mantiveram a greve em defesa das suas reivindicações de aumento de salários, como exigiram, como condição para retomar o trabalho, o ingresso dos colegas despedidos. Os trabalhadores saíram vitoriosos: o patrão foi obrigado a conceder o aumento pedido e a readmitir os operários que tinha despedido.

LABORATORIOS WANDER — Cerca de 100 trabalhadores fizeram greve durante dia e meio. Por sua vez, os empregados deste Laboratório ameaçaram fazer o mesmo se o pedido de aumento e outras reivindicações não fossem atendidos. O movimento está se estendendo a outros laboratórios, reclamando a classe 20% de aumento de salário. Os industriais fizeram uma reunião recentemente para analisar a situação, enquanto prossegue o movimento reivindicativo do pessoal desta categoria.

TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES — TAP — Prossegue a greve do zelo de mais de mil mecânicos encarregados de assegurar a revisão dos aviões. Os mecânicos da TAP lançaram-se na greve do zelo após lhes terem sido negados os 25 escudos de aumento que lhes tinham sido prometidos. A greve consiste em inspecionar os aviões até ao mínimo pormenor, isto é, com muito zelo. Vários vôos tiveram de ser cancelados e muitíssimos (quase todos) passaram a realizar-se com várias horas de atraso.

FABRICA BARROS — CABO RUIVO — Após os acontecimentos de fevereiro, ocorridos nesta empresa e que foram por nós noticiados na edição de maio passado, os corajosos trabalhadores recorreram à greve, que durou 3 dias, para conquistarem o aumento salarial que pretendiam. Alcançaram aumentos de 5\$00 diários para os homens e 4\$00 para as mulheres.

ALPIARÇA — Os valentes trabalhadores agrícolas desta Vila

declararam-se em greve de 20 a 23 de abril p. p. reclamando maiores salários. Concentraram-se, com as enxadas às costas, no centro da vila, negando-se a trabalhar enquanto as suas reivindicações não foram atendidas.

QUINTA DA ALORNA — ALMEIRIM — Também os operários agrícolas desta região conseguiram aumento de salário e a jornada de 8 horas recorrendo à greve. Os "ratinhos" (trabalhadores beirões que tradicionalmente se deslocam ao Alentejo na época das ceifas) participaram também do movimento, o que obrigou os agrários a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores da região.

Registraram-se ainda greves na TABAQUEIRA, na CORAME e na empresa BIS, onde, após 3 dias de paralização, os operários conquistaram um aumento de 15%.

PARALIZAÇÕES E MANIFESTAÇÕES

VOLKSWAGEN — Na fábrica de montagem de automóveis que a Volkswagen tem em Portugal, os operários fizeram uma paralização de trabalho para exigirem o cumprimento do seu pedido de aumento de salários. Perante a firmeza manifestada pelos trabalhadores que estavam dispostos a ir para a greve tal como fizeram anteriormente os operários da General Motors e da Ford, os patrões alemães apressaram-se a dar o aumento reivindicado.

DIÁRIO POPULAR — Os tipógrafos deste jornal de Lisboa paralizaram, recentemente, durante várias horas as máquinas para apoiar o pedido de aumento de salários. Também esta luta saiu vitoriosa.

SANTO TIRSO — Em frente da Câmara Municipal desta vila, muitas centenas de operários e operárias têxteis, com os filhos nos braços, concentraram-se gritando "Pão e Trabalho!" A concentração popular era constituída por milhares de operários lançados no desemprego pelo encerramento da Fábrica de Fiação e Tecelagem Rio Vizela.

Esta manifestação foi a resposta dos operários aos convites à emigração feitos pela Câmara, como única solução apresentada para o desemprego e miséria que lavram naquele sector têxtil. Entretanto, o infável sr. Caetano, numa das últimas "conversas em família" (conversa em que só ele tem o direito de falar) teve o desplane de afirmar, ao referir o problema da emigração, que "o país precisa da energia dos seus filhos".

S.M. GAS E ELETRICIDADE DO PORTO — Os trabalhadores das oficinas do Ouro concentraram-se às 16 horas do dia 25 de Abril p.p., em frente do gabinete do engenheiro Soares. O engenheiro fugiu para não atender os trabalhadores. Estes começaram a gritar "queremos aumento de salários".

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto reivindicam, além do aumento geral de salários, o pagamento do 7.º dia (domingos) e integração nos serviços de Previdência. Em apoio destas reivindicações estão dispostos a concentrarem-se de novo, mas agora em frente à sede dos Serviços, na Praça Carlos Alberto.

OUTRAS ACÇÕES POR AUMENTOS DE SALÁRIOS

FERROVIÁRIOS — Ao contrário do que o governo e a C. P. supunham, ao conceder o aumento de 12 a 18,5%, os 30 mil ferroviários não estão dispostos a parar a sua luta pela integral satisfação de suas reivindicações. Realizou-se recentemente um "Encontro Nacional dos Ferroviários" em que ficou decidido prosseguir e intensificar a acção da classe. Num documento saído deste encontro, os ferroviários atacam vigorosamente os falsos argumentos e as manobras da C.P. e do governo, denunciando a acção repressiva da PIDE, renovando ao mesmo tempo o pedido inicial de aumento de mil escudos por mês.

O acolhimento dispensado pela classe a este documento e a unidade manifestada à volta das reclamações saídas do Encontro, tudo leva a crer que a luta dos ferroviários vai conhecer um novo desenvolvimento.

MÉDICOS — A publicação, em 6 de Fevereiro passado, do Regulamento do Internato Médico, foi precedida de uma intensa acção reivindicativa por parte dos médicos internos, graduados, eventuais e contratados dos Hospitais Cívicos de Lisboa e dos Hospitais Centrais do Porto. Em Lisboa, os médicos do internato geral recorreram à greve para fazer valer os seus direitos. No Porto, os médicos dos hospitais Santo António e São João enviaram exposições ao Ministro da Saúde em que exigiam "a solução urgente dos problemas que os afectam e que se refletem desastrosamente na vida hospitalar". O problema da guerra colonial insere-se também nas preocupações dos jovens médicos em luta. Reivindicam que o serviço militar só seja feito depois da conclusão do internato em geral (5 anos) ou, pelo menos, só depois do internato de 2 anos.

LISNAVE — Após terem alcançado o pagamento de 29 dias no mês, prossegue a luta dos trabalhadores desta empresa pelo pagamento de 30 dias e aumento de salários. Uma exposição, assinada por 2.100 trabalhadores dos estaleiros Norte (Rocha) e estaleiros Sul (Margeira) acaba de ser entregue à Administração.

Luta Sindical

METALÚRGICOS DO PORTO — Em concorrida eleição para o Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Porto, a lista B, apoiada pela classe, saiu vitoriosa. A lista A, apresentada pela diretoria em exercício, constituída por velhos pelegos fascistas, que há mais de 20 anos dominam o sindicato, ajudada pelo presidente da Assembléa Geral, pretende agora que o pleito seja invalidado. Contra a absurda pretensão destes lacaios do fascismo, ergue-se a classe dos metalúrgicos do Porto que exige, em exposição dirigida ao Ministro das Corporações, seja a lista vencedora empossada.

TEXTEIS DO PORTO — Também a numerosa classe têxtil do Porto conseguiu eleger uma diretoria da sua confiança, no último pleito realizado no seu Sindicato. Aconteceu porém, que a diretoria eleita não pôde tomar posse: O INTP e a PIDE puzeram o seu veto aos dirigentes eleitos pelos trabalhadores. Em exposição entregue no dia 1.º de Maio ao Governador Civil do Porto, os trabalhadores norte-

nhos protestam contra esta violência e denunciam a política sindical do governo Marcelo Caetano que, dizem, "como nos longos anos do governo de Salazar, continua a ser a mesma".

SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES ITALIANOS

A luta da classe operária portuguesa tem alcançado grande repercussão na Europa, particularmente na Itália. A solidariedade dos operários italianos aos trabalhadores portugueses em luta não se fez esperar. Dezenas de mensagens, cartas e telegramas têm sido enviados por entidades e grupos de trabalhadores italianos às autoridades fascistas. Citamos, entre outras manifestações de solidariedade, as mensagens enviadas pelos operá-

rios da Fábrica Manifatura Rosari & Varzi, de Galliate (Milão) e da Central Termoelectrica de Turbigo, também de Milão; e uma carta, com cerca de 1.000 assinaturas de jovens, estudantes e operários da cidade de Novara, endereçada a Marcelo Caetano, protestando contra a repressão aos trabalhadores portugueses.

Por sua vez, a imprensa operária e anti-fascista de Itália tem dado larga divulgação às lutas dos operários portugueses, destacando-se os jornais "Mondo Nuovo", órgão do PSIUP; "Unità", órgão do PCI; "Nuova Generazione", órgão da FGCI e a revista mensal "Sindacato Moderno", órgão da categoria dos metalúrgicos da Confederação Geral Italiana do Trabalho — CGIL — a maior central sindical da Itália.

A oposição organiza-se para o combate eleitoral

Após uma reunião que se realizou no Porto foi aprovada a participação da Comissão de Trabalhadores na Comissão Distrital obedecendo a objetivos políticos bem definidos. Segundo um comunicado distribuído depois da reunião, esta participação não se acha virada exclusivamente para a promoção do recenseamento eleitoral. Ela tem caráter evolutivo, de acordo com as fases do processo eleitoral, e pretende culminar a sua ação fundando organizações democráticas que apoiem os candidatos eleitos. A C.T. não quer contribuir para a alienação do povo português com surtos de aparente liberalização e pretende responsabilizar claramente a atual situação pelas formas de solução política que possam vir a ser adotadas no futuro.

Nas zonas da sua influência, o trabalho eleitoral da C.T. será organizado nas seguintes fases:

1. Recenseamento; 2. Verificação do recenseamento; 3. Reclamações; 4. elaboração de cadernos; 5. Organização eleitoral; 6. escolha de candidatos; 7. escolha e preparação da fiscalização no ato eleitoral; 8. organização da campanha; 9. Campanha eleitoral; 10. Ato eleitoral (voto); 11. Radicalização das comissões; 12. apoio aos candidatos eleitos.

Para atingir estes objetivos a C.T. apresenta as seguintes reivindicações: supressão de todo o aparelho repressivo do governo; extinção da polícia política; extinção dos tribunais de exceção; moralização das funções da PSP e da GNR, orientando a sua ação para a proteção das populações e não para a defesa dos interesses do governo; restituição à liberdade de todos os presos políticos, com seus direitos de cidadãos assegurados; restabelecimento das liberdades fundamentais; direito de organização e ação de todos os partidos políticos, sem discriminações; estabelecimento de autonomia sindical, sem qualquer tutela governamental; revisão do ensino em todos os graus e numa base democrática, tendo como pontos principais a gratuidade e a auto-

nomia; substituição de todo o sistema corporativo por uma economia democratizada e, portanto, de acordo com o interesse geral da nação; resolução do problema ultramarino por via pacífica e por negociações com os movimentos representativos dos povos em causa.

LUTA PELA LIBERDADE ELEITORAL

Prossegue entretanto em todo o país a luta pela realização de eleições num certo clima de liberdade e legalidade. Em Lisboa, representantes de alguns setores da oposição, entre os quais os advogados Salgado Zenha, José Manuel Galvão Teles e José de Abreu solicitaram, na sua qualidade de delegados de uma comissão eleitoral em formação, que lhes seja entregue cópia dos cadernos eleitorais. O Governador Civil prometeu estudar "o assunto com todo o interesse".

A IGREJA E AS ELEIÇÕES

Um comunicado publicado em Lisboa pelo órgão do Episcopado português proíbe taxativamente a participação de padres no processo eleitoral em curso. O comunicado afirma nomeadamente: "Atendendo a que a opinião pública se revela cada vez mais sensibilizada aos valores de isenção e independência política do clero e a que ele não se deve colocar em situação que possa prejudicar a sua primordial função de princípio de unidade nas comunidades de fiéis, os bispos da metrópole acordam entre si, por motivos pastorais, não autorizar os padres sob sua jurisdição a terem seus nomes submetidos a votação nas listas de candidatos".

REUNIAO DE DEMOCRATAS EM LEIRIA

Com a presença de 170 pessoas realizou-se em Leiria uma reunião de preparação eleitoral na qual participaram representantes de quase todos os distritos do país (apenas Bragança, Vila Real, Portalegre e Santarém não estavam

Continua na pag. 7

Ecoss da visita de Marcelo Caetano

A visita do sr. Marcelo Caetano foi durante vários dias o assunto principal da imprensa brasileira. Só os discursos pronunciados e o relato das solenidades do programa ocuparam páginas e páginas. Entretanto, é a perspectiva crítica que que interessa aos nossos leitores espalhados pelo mundo. Os textos que a seguir reproduzimos foram todos extraídos de "O Estado de S. Paulo" e "O Jornal da Tarde", editados por uma empresa que o visitante escolheu para dirigir uma saudação especial ao povo brasileiro, salientando nela que "O Estado" fora o primeiro jornal estrangeiro a que concedera uma entrevista. Daí a importância, o peso e o significado das críticas, restrições e comentários às palavras e atitudes do sr. Marcelo Caetano feitos por um jornal que o recebeu com um editorial intitulado "Seja Bemvindo, Senhor Presidente".

"É fácil imaginar as consequências que para o Hemisfério Austral acarretaria a falta de apoio logístico para as rotas marítimas do Atlântico Sul e do Índico.

Não quer isso dizer, contudo, que nos seja imperioso aderir a um acordo bilateral ou mesmo multilateral de defesa dessas rotas. Em primeiro lugar, o Poder Naval brasileiro teria de receber acréscimos para o desempenho de uma tarefa dessas proporções que estão fora das nossas possibilidades financeiras. Mas o que nos parece fundamental é que a adesão a um pacto como o sugerido neste últimos dias exigiria da nossa parte uma disponibilidade política e militar que definitivamente não temos. Ligam-nos dentro do Continente Americano, e, solidariamente, do Sistema Ocidental de Defesa, alianças livremente celebradas e que não podemos esquecer, alianças que já comprometem em grau pleno o Poder Militar do Brasil.

(Do editorial do "Estado de São Paulo", de 12 de julho).

Cem Convidados Comeram de Pé

"É possível que, após a visita de ontem do primeiro ministro Marcello Caetano a São Paulo, as economias do Brasil e de Portugal continuem separadas. Mas já foi dado um importante passo para a integração: o secretário da Fazenda de São Paulo, Arrôbas Martins, e Marcello Caetano, sugeriram medidas que permitam o funcionamento de uma Comunidade Luso-Brasileira. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Teobaldo de Nigris, demonstrou a importância do maior comércio entre os dois países.

Quando ao resto do programa, foi o de costume: confusão na hora da chegada, confusão na hora do almoço, e uma série de discursos *água com açúcar*, que fizeram muita gente — inclusive um secretário municipal — dormir no auditório.

Marcello Caetano chegou a São Paulo às 12h05, no *One-Eleven* presidencial brasileiro. Na pista, dezenas de pessoas vestidas à portuguesa, carregando bandeiras portuguesas: meninas da Sociedade Real Portuguesa de Beneficência, de Campinas, e meninos carregando cartazes em que se classificavam como "Esticadinhos do Cantanhede".

O primeiro-ministro desceu lentamente do avião, sorrindo sempre. Cumprimentou o governador Abreu Sodré, recebeu a chave da cidade do prefeito Salim Maluf, apertou a

mão de todas as autoridades presentes. Seu secretário de Imprensa avisou os jornalistas: no saguão do aeroporto Marcello faria uma declaração.

A Polícia, entretanto, não concordou com o desejo do primeiro-ministro, e impediu os repórteres de segui-lo, Marcello Caetano desceu as escadas enquanto os acadêmicos de Direito colocavam as bancas nos degraus, como homenagem. No saguão, esperou a imprensa — que, bloqueada pelo policiamento, não entrou. Foi então para a Casa de Portugal, onde seria homenageado com um almoço pela Câmara Portuguesa de Comércio. Nas ruas, milhares de pessoas, com bandeiras brasileiras e portuguesas, o aclamaram.

Na Casa de Portugal cabem mil pessoas, um pouco apertadas. Os portugueses convidaram mais de 1.400, e os convidados não tiveram onde sentar-se. Não faltou comida — maionese de lagosta com camarão, robalo à bonne femme, filé à chateaubriand e sorvete no côco — mas mais de cem pessoas comeram de pé. Provavelmente para deixar o visitante à vontade, os vinhos foram os mesmos que ele está acostumado a tomar: portugueses — Casa da Calçada, branco, Dão, tinto, e champanha Raposeira.

Durante o almoço, os discursos: o representante da Câmara Portuguesa de Comércio lembrou que o Brasil foi descoberto por Portugal, e que é necessário que haja relações especiais entre os dois países. O governador Abreu Sodré criticou o Tratado de Tordesilhas, que a seu ver foi injusto, e Marcello Caetano sugeriu medidas para favorecer a integração econômica brasileiro-portuguesa — entre elas a ação dos dois governos para reduzir as taxas alfandegárias.

Saindo da Casa de Portugal, o primeiro-ministro colocou uma coroa de flores no Monumento do Ipiranga. Lá ouviu os hinos nacionais de Portugal e do Brasil. Do Ipiranga, Marcello foi à casa do poeta Guilherme de Almeida, que está muito doente. Após a rápida visita, o primeiro-ministro esteve, também rapidamente, no Museu de Arte, em companhia do governador Abreu Sodré. Daí para o ponto alto da visita, a homenagem na Federação das Indústrias.

O primeiro discurso foi do presidente da Federação das Indústrias, Teobaldo de Nigris, defendendo um maior comércio entre o Brasil e Portugal. E citou uma lista, provavelmente já conhecida por Marcello Caetano, de famosos

escritores portugueses, garantindo que todos são lidos no Brasil. Depois falou o presidente da Associação Comercial, Daniel Machado de Campos. Chamou a Comunidade Luso-Brasileira de "tropicalismo latino de composição sociológica tão característica, tão essencialmente nossa".

(Da reportagem do "Jornal da Tarde", de 10 de julho, sobre a tarde do sr. Marcelo Caetano em São Paulo).

«O retrato da Colônia

Na sua edição de 10 de Julho, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou uma longa reportagem intitulada "Neste Dia, o retrato da colônia", na qual, através de um questionário apresentado a portugueses representativos de diferentes camadas sociais, econômicas e intelectuais se procurava oferecer ao leitor uma imagem da imigração portuguesa no Brasil e da sua visão realçosa mítica de Portugal. Um dos interrogados foi o nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho, que, na sua qualidade de professor de História Ibérica da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fez uma brilhante análise da problemática do emigrante, fundamentando histórica e sociologicamente o seu comportamento no Brasil. Na mesma reportagem, além de dois pequenos comerciantes, que responderam às perguntas formuladas com "slogans" no gênero de "crítico o regime é ofender a Nação", foi também ouvido um operário, M. da Silva, cujas respostas revelaram uma orgulhosa consciência de classe e uma clara e lúcida opção democrática. São dele estas palavras: "Eu, por exemplo, sou operário, mas tenho televisão, geladeira, uma vida superior à que levava em Portugal. Lá, o que tinha eu? A vida de um operário que comprava sapatos a prestação. Hoje, no Brasil, posso comprar sapatos. Não vivo apertadinho. Posso convidar um amigo para ir a casa tomar uma cerveja. Não sou rico, mas faço tudo isso. Mas eu confesso isso; muitos não o fazem. Tem vergonha. Dizem que é falta de patriotismo. Eu falo porque acho que a situação é da culpa dos governos. Hoje, a minha terra é a mais pobre da Europa. As estatísticas estão aí. Fome e desemprego".

Autógrafos e tapinhas nas costas

"Magalhães Pinto foi um dos primeiros convidados a chegar ao Palácio Bandeirantes, ontem à noite, para o banquete a Marcello Caetano. Chegou às 20h30, e não havia quase ninguém. O banquete deveria começar àquela hora. Pouco depois, os convidados foram chegando: o prefeito Salim Maluf, sozinho, o banqueiro Lélcio Toledo Piza e o ex-governador Lucas Garcez, acompanhados das esposas. D. Agnello Rossi entra e dá entrevista à televisão. Já são quase 21 horas e Caetano ainda não chegou. Os garçons começam

a servir: uísque Grant's para os homens e vinho *Adriano Ramos Pinto* para as mulheres. As 21 horas chega Sodré, entra sozinho no salão, cumprimenta D. Agnello e o casal Toledo Piza e entra pela ala residencial do Palácio.

Quinze minutos depois, Caetano e Sodré entram no saguão. Na troca de presentes que se seguiu, Sodré ofereceu ao primeiro-ministro um quadro de Di Cavalcanti, Dona Maria do Carmo teve que explicar quem é Di: o primeiro-ministro nunca tinha ouvido falar dele.

O chefe do cerimonial do Palácio organiza uma roda de casais no salão do andar térreo e o governador apresenta-os a Caetano. A todos ele apenas sorri e diz "muito prazer". Terminadas as apresentações, um pequeno grupo se reúne em torno de Sodré e de Caetano. Dez minutos depois, todos sobem para o segundo andar, vai começar o banquete.

No fim — 22h35 — Sodré discursa, há um brinde a Caetano, que também discursa. Depois, todos descem ao térreo, cujo salão está cheio. Caetano pede a Sodré que o acompanhe em uma volta entre as pessoas. O governador vai apresentando-o a quem aparece. Uma senhora portuguesa tira um bloco dourado de dentro da bolsa e entrega-o a Caetano, junto com uma esferográfica:

— O senhor poderia assinar? É só um autógrafo.

Ele sorri e assina. Quando se volta, a mesma senhora pede de novo:

— Por favor, mais uma vez. Agora é para essa minha amiga aqui ao lado. Nós admiramos muito o senhor.

Caetano fica meio sem jeito, volta e assina. As apresentações continuam. As pessoas — principalmente as mulheres — começam a amontoar-se em volta do governador, querendo conhecer o primeiro-ministro. Algumas puxam D. Maria Sodré pelo braço, pedindo para serem apresentadas a Marcello Caetano. Dona Maria pede que elas esperem na fila. Bem perto do primeiro-ministro, três mulheres comentam, em voz alta:

— Parece que ele é solteiro mesmo.

— O que é isso? Pois ele tem até netos, eu vi na revista.

Caetano ouve, sorri para elas. E continua a receber abraços, cochichos no ouvido. A atriz Ruth Escobar se apresenta, pergunta se ele se lembra dela, quando saiu de Portugal para a África. Ele acena com a cabeça e sorri. Sodré continua apresentando quem vai aparecendo pela frente. Uma mulher gorda abraça-o com força e, durante o abraço, grita a um fotógrafo pedindo que bata uma chapa "para a posteridade". O pianista João Carlos Martins está passando por perto, distraído, quando o governador o puxa pelo braço:

— Venha cá, quero apresentá-lo ao presidente. Excelência, este é o nosso melhor intérprete de Bach, o pianista João Carlos Martins.

Marcello Caetano sorri mais uma vez e diz que já o conhecia de nome. A volta pelo salão leva meia hora. No fim, o governador leva o primeiro-

ministro para uma saleta. Os dois ficam ali de pé, junto com o ministro Magalhães Pinto e com Dona Maria Sodré, recebendo mais cumprimentos, fazendo mais apresentações. Todos querem conhecer Marcello Caetano. As mulheres não se contentam em cumprimentá-lo. Querem conversar com ele, abraçá-lo, contar casos, dizer que são filhas ou netas de portugueses. Uma senhora muito elegante chega a perguntar se ele conhece "o José Luiz, que está morando no Rio". Caetano não responde nada. Apenas sorri e continua recebendo abraços e tapinhas nas costas.

A meia-noite, Magalhães Pinto fala alguma coisa ao ouvido do governador Sodré. O governador pega no braço do primeiro-ministro e, discretamente, os dois atravessam o salão, entrando no elevador da ala residencial do Palácio. Marcello Caetano vai dormir, a festa acabou. Fora, os convidados começam a olhar para os lados, procurando."

(Reportagem do "Jornal da Tarde", de 10 de julho, sobre o banquete e recepção no Palácio Bandeirantes em honra do sr. Marcelo Caetano).

Cooperação Económica

... "As nossas possibilidades de exportação de artigos manufaturados para o mercado luso são limitadas, em parte, pela concorrência local e a dos industriais do Velho Mundo, especialmente dos países pertencentes ao Mercado Comum e à EFTA. Quanto aos produtos agro-pecuários, é preciso lembrar a situação privilegiada, no mercado português das importações provenientes das províncias africanas, o que, por si mesmo, representa um obstáculo quase intransponível. Finalmente, impõe-se lembrar as restrições causadas pelo poder aquisitivo do mercado luso. Assim, não é lícito alimentar ilusões sobre o incremento das nossas exportações destinadas ao mercado português. Apesar disso, poderíamos vender mais do que foi até agora o caso.

Um aspecto à parte constitui a questão dos territórios lusos na África. Mais de uma vez criticamos a disposição de entidades internacionais, como o Banco Mundial, de financiarem, no Continente Negro, cultura e obras públicas relacionadas com o fortalecimento da infra-estrutura. Esses financiamentos não exerceram outro efeito senão intensificar a *superprodução* de mercadorias como café, cacau, algodão, produtos oleaginosos, e isso em detrimento da América Latina em geral e de nosso país em especial. Toda a amizade secular que une os dois países irmãos e toda a nossa vontade sincera de maior cooperação econômica não nos devem levar a decisões que, no caso do ultramar português, prejudicariam nossas próprias possibilidades de exportação e, com isso, nosso balanço de pagamentos".

(Da página "Atualidade Econômica", do "Estado de S. Paulo", de 12 de julho).

(Continua na pág 6)

A "MISSÃO DO SÉCULO" FALHOU...

A ética da censura

...Trata-se da questão que mais aguçava a curiosidade da opinião das nossas duas pátrias, e que, conforme já o perceberam certamente os que nos lêem, se relaciona com o futuro político de Portugal. A ausência de um pronunciamento oficial de s. exa. a essa dúvida crucial não pode ser senão lamentada. O pouco que vimos a saber nesse particular, veio-nos por intermédio de uma entrevista coletiva que o sr. Marcello Caetano concedeu à imprensa. Quer dizer, portanto, que não houve a preocupação de fornecer à opinião pública uma exposição concatenada, lógica e sacramentada pela presença do chefe do governo de Lisboa, sobre o futuro reservado às instituições democráticas no país irmão. A pergunta de um reporter quanto à liberdade de imprensa em Portugal, respondeu s. exa. dizendo que a existência da censura há 43 anos já criou uma ética — talvez fôsse preferível dizer uma deontologia, calcada em hábito tão antigo — a qual aconselha um período de transição, mas sem perder de vista que Portugal está em guerra permanente na África. E concluiu s. exa.: "Só a Assembleia Nacional tem competência para interferir na Lei de Imprensa e só a próxima Assembleia Nacional a ser eleita poderá tratar do assunto".

Estamos a ver os riscos de semelhante argumentação. Como todos os democratas perfeitamente sabem, a base da democracia é a liberdade de expressão do pensamento, a qual é inalienável da liberdade de imprensa. Ora, a evolução do regime português no sentido democrático fica, conforme as declarações acima citadas, na dependência de uma Assembleia Nacional cuja renovação será tentada por via eleitoral no mês de novembro próximo. O Brasil não ignora qual a formação política dos senhores deputados à Assembleia Nacional Portuguesa, nem o papel que esta vem representando para a manutenção do regime, desde a promulgação do texto constitucional vigente, devido à pena do sr. António de Oliveira Salazar. Por isso mesmo, é com os olhos voltados para os superiores interesses de Portugal e do Brasil, cada vez mais entrelaçados, que a opinião pública brasileira se interroga nesse ponto. Será a futura Assembleia Nacional Portuguesa eleita livremente, segundo os ensinamentos democráticos impõem? É uma pergunta que não foi formulada e a que só o tempo dará resposta. Enquanto isso, aquilo que mais importa, que seria a possibilidade de estendermos amanhã a nossa comunhão ao terreno dos sentimentos democráticos, continuará a ser para nós uma incognita.

(Do editorial do "Estado de S. Paulo", de 15 de Julho).

O Pacto do Atlântico sul

O Brasil, país ligado a Portugal por uma comunidade de língua, raça, história, cultura e afeto, não pode ver com bons olhos o progressivo isolamento político da mãe-pátria. Para conjurar as consequências desse fato, que é cada vez mais verdadeiro com referência às relações de Lisboa com os países afro-asiáticos do chamado "Terceiro Mundo", a zona cinzenta mundial como os classificou o ministro do Exterior português, e igualmente com os componentes dos blocos socialistas soviético e chinês, nosso País deverá fazer tudo o que estiver a seu alcance. Mesmo assim, ainda estará fazendo pouco. Associar-se, porém, política e militarmente a Portugal, na triste companhia da Rodésia e da África do Sul, dois verdadeiros delinquentes da ordem jurídica internacional, a pretexto ilusório de defender o Atlântico Meridional do comunismo e do imperialismo soviético, é ir um pouco longe demais, em detrimento de futuros interesses políticos e econômicos de nosso país.

(...)Onde estão os interesses do Brasil, país soberano e dono de seu destino? Em distorcer desnecessariamente o sentido natural de suas relações, singularizando-as em favor de Portugal e da África do Sul, dois Estados marginalizados na ordem internacional, ou, em conservando intactos seus vínculos espirituais com o primeiro deles, não comprometer sua posição no Terceiro Mundo, com a vinculação, perfeitamente dispensável, a esquemas de ultrapassada conotação colonialista?

(...)É com essa África do futuro, democrática, desenvolvida e liberta do tribalismo, que, no passado, igualmente tanto contribuiu para a formação da nacionalidade brasileira, e que aí está, em frente a nossas costas, a três horas de jato da Bahia e de Pernambuco, que nossas relações devem preferencialmente orientar-se. Ignorá-la, como temos feito até ontem, nela mantendo uma diminuta representação diplomática e com ela realizando um anêmico comércio, é atitude que está sendo ultrapassada. O que constitui, porém, formulação inconcebível para um país com as raízes e a formação étnica do Brasil, que não ganhou gratuitamente sua soberania, nem pode, a esta altura, admitir qualquer veleidade de dominação colonial ou racial, seria a nossa participação, ao lado de Pretória, de Salisbury e de Lisboa, na campanha que, por sua própria conta, risco e proveito, mantém esses três governos rio continental africano. Já que, apesar de todos os nossos esforços, não é mesmo possível dissuadi-los dessa política, o mínimo que se pode fazer é deixá-los sós nesse empreendimento, no qual se porfia para fazer vol-

tar atrás os ponteiros do relógio".

(Antônio Antunes, in "O Estado de S. Paulo", 20 de julho).

Pacto é só especulação

NOVA YORK — O embaixador João Augusto de Araújo Castro, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, negou veementemente que o Brasil esteja considerando firmar algum pacto ou acôrdo militar com a República da África do Sul.

Durante uma recente reunião da Comissão das Nações Unidas para a Política Racial de Apartheid da África do Sul, o relator da Comissão, primeiro-secretário Olajide Alo, da Nigéria, mencionou as citações da imprensa sobre uma possível aliança militar entre a África do Sul, Madagascar, Nova Zelândia, Austrália e certos países latino-americanos. Relembrou o relator que o ministro de Relações Exteriores da África do Sul, Hlgard Muller, recentemente visitou o Brasil e a Argentina em missão de boa vontade.

Em carta dirigida à Comissão de Apartheid, diz o embaixador Araújo Castro que o Governo do Brasil deseja enunciar inequivocamente que em momento algum, durante a visita particular do ministro das Relações Exteriores da África do Sul ao Brasil ou em qualquer outra ocasião, o Governo brasileiro pensou em concluir um pacto ou acôrto militar com a República da África do Sul. O representante do Brasil solicitou que o texto de sua carta fosse distribuído a todos os membros da Comissão.

(Da crônica, de 11 de julho, de John Macvane, correspondente do "Estado de S. Paulo" junto das Nações Unidas).

"Brasil não pretende firmar pactos"

"O chanceler Magalhães Pinto disse ontem que o Brasil não está cogitando de firmar pactos de qualquer natureza, "embora não esteja indiferente ao que ocorre no Atlântico Sul". Acrescentou que nenhuma proposta com esse objetivo foi apresentada ao governo brasileiro pelo chefe do governo português, Marcello Caetano, em sua recente visita a este País.

No curso da entrevista que concedeu aos jornalistas credenciados no Itamarati, o ministro das Relações Exteriores informou também ter o governo brasileiro intercedido junto ao governo português no sentido da liberação de estudantes brasileiros detidos em Coimbra, para sua imediata volta ao Brasil.

Disse o ministro Magalhães Pinto que o Brasil fez ver ao governo português que não concorda com a participação de estudantes bolsistas brasileiros em manifestações poli-

ticas em Portugal, mas que considera melhor que, em lugar de prender os estudantes, o governo português relacione seus nomes para que sejam obrigados a regressar ao Brasil".

(De "O Estado de S. Paulo", 17 de julho).

Antes da viagem "A Missão do século"

"O jornal governista "Diário de Notícias", de Lisboa, considera muito importante a visita de Marcello Caetano. Acha que a viagem não pode ser "e não será um ato esporádico, pretexto para discursos, condecorações e manifestações de amizade".

Por que? "O Atlântico Sul é um mar luso-afro-brasileiro. Cabo Verde está para a defesa do Atlântico Sul como os Açores para a segurança das comunicações do Atlântico Norte", diz o jornal. "E as províncias portuguesas da África Ocidental fronteiras com o Brasil, Guiné e Angola, são chaves de uma estratégia defensiva de que o Brasil não se pode alhear — uma vez que são frequentes as incursões de navios soviéticos ao longo das costas brasileiras e angolanas e está provado o desembarque de material de guerra para alimentar movimentos subversivos". O "Diário de Notícias" diz que "a nação confia ao presidente Marcello Caetano a missão que deverá ser, no decurso deste século, a mais importante e decisiva no plano internacional" e que "confia na sinceridade do espírito de amizade do Brasil, do seu povo e dos seus políticos, para que dêste contato entre os mais altos representantes dos dois países saiam as bases definitivas do acôrdo que todos desejamos em respeito pelas glórias do passado e, principalmente, para a garantia da segurança e dos interesses do futuro".

(Do "Jornal da Tarde", de 8 de julho).

Declarações de Ruy Gomes e J. Morgado

"Em que pese à próxima vinda ao Brasil, do presidente do Conselho de Ministros de Portugal, professor Marcello Caetano, na semana entrante, os professores portugueses Rui Luís Gomes e José Morgado, — afastados há 22 anos de suas atividades de ensino em Portugal e em exílio voluntário no Recife — reafirmaram ontem que seu país não voltou à liberalização e condenam as formas de opressão governamental, apontando um programa reivindicatório da oposição lusa.

Os professores portugueses, que hoje lecionam no Instituto de Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, perderam, por terem feito oposição ao governo do ministro Oliveira Salazar, suas cadeiras de ensino em

1947, em Portugal, e cumpriram diversas penas de prisão, a última de dois anos, em 1954, por manifestar-se pela autodeterminação das colônias portuguesas na Índia.

Parte da pena foi cumprida na prisão privativa da Polícia Internacional de Defesa do Estado — PIDE — e o restante em colônia penal de delinquentes habituais.

Os professores Rui Luís Gomes e José Morgado declararam que em maio último foi realizado, em Aveiro, o II Congresso Republicano Português, quando foi definido o programa com quatorze pontos reivindicatórios da Oposição ao governo de Marcello Caetano. Eles, do Recife, enviaram mensagem ao Congresso, onde sugeriram a autonomia universitária e a reintegração dos professores e estudantes afastados por motivos políticos.

Os quatorze pontos do programa de Oposição, aprovados pelo II Congresso Republicano de Aveiro e que os professores portugueses tornam público são os seguintes: 1 — Liberdade de expressão e de pensamento, e anistia geral para os presos políticos; 2 — Readmissão de todas as pessoas que perderam seus cargos por motivos políticos; 3 — Liberdade de assembléia e associação; 4 — Uma lei eleitoral que permita à Nação escolher livremente seus representantes; 5 — Desenvolvimento e Educação; 6 — Abolição dos privilégios e monopólios; 7 — Democratização da educação e acesso à cultura; 8 — Respeito pela opinião da juventude; 9 — Estudo das causas da emigração; 10 — Melhora dos status social da mulher; 11 — Liberdade de Organização e ação para os sindicatos; 12 — Estudo completo dos problemas de habitação, agricultura e pequenas indústrias com vistas a resolver o subdesenvolvimento do país; 13 — Livre debate sobre a guerra nos territórios africanos e suas implicações gerais na vida da Nação; 14 — Organização política dos democratas para uma representação nacional".

(Do Jornal do Comércio, Recife, 4 de julho).

Lição a um consul de Caetano

O Cônsul do governo de Caetano no Recife não gostou da notícia que acima publicamos e dirigiu ao "Jornal do Comércio" uma carta debatendo as suas opiniões. Os professores Rui Luís Gomes e José Morgado enviaram então àquele órgão de imprensa o documento que abaixo publicamos:

"Tomamos o conhecimento, pelo Jornal do Comércio, do comentário do Senhor Dr. Eduardo Fernandes às declarações feitas por nós ao jornalista que nos procurou em nome da Direção deste Jornal.

O essencial das nossas afirmações é que o regime do Senhor Marcello Caetano não operou nenhuma liberalização em Portugal, sendo, portanto, a continuação do regi-

(Continua na pág. 8)

MOVIMENTO ELEITORAL

(Continuação da pág. 4)

representados). Os democratas de Viana do Castelo, Braga, Pôrto, Aveiro, Leiria, Setúbal e Faro declararam haver nos seus distritos comissões distritais e algumas concelhias e estarem ali como delegados e em representação das mesmas. Do Pôrto estêve

Julio de Mesquita Filho

Com a morte de Júlio de Mesquita Filho, perdeu Portugal um grande amigo. Poucos brasileiros da sua geração amaram talvez tanto Portugal como o diretor de "O Estado de São Paulo" Português pelas origens e pelo coração, como gostava de acentuar, aprendeu desde os bancos da escola primária a considerar como seus os feitos do nosso povo. Essa fidelidade ao passado comum, havia de levá-lo, quando exilado, a uma meditação profunda sobre a epopéia bandeirante, que viria a traduzir-se em páginas de exaltação daquilo a que chamado "o gênio político português" na sua obra "Ensaio Sul-Americanos".

Júlio de Mesquita Filho foi, como liberal, um adversário da ditadura implantada em Portugal em 1926. Amigo íntimo de Jaime Cortesão e Antônio Sérgio, abriu — durante um período em que era muito difícil denunciar no Brasil o regime de Salazar — as colunas do seu jornal aos exilados políticos portugueses e, conseqüentemente, à luta contra o fascismo.

O diretor de "O Estado de S. Paulo" nunca aceitou os convites, diretos e indiretos, que lhe foram feitos para que se avistasse com Salazar. Entretanto, o seu jornal tem mantido em Lisboa, ultimamente, como correspondente, um ex-oposicionista português que, tendo renegado tudo o que escreveu durante anos, se transformou num porta-voz da propaganda fascista e colonialista, contribuindo, através dos seus artigos, para criar entre certos setores da opinião brasileira a impressão falsa de que o regime mudou em Portugal e de que o sr. Marcelo Caetano é um "liberalizador".

Isso não nos fará esquecer que Júlio de Mesquita Filho foi um homem que sempre encarou qualquer português como um brasileiro de pleno direito. Não via a tão discutida Comunidade como tema de discursos oficiais: carregava-a no espírito e no sangue. Dele, "Portugal Democrático" guardará sobretudo a recordação do antigo companheiro de Antônio Sérgio que, em 1958, deu no Exterior a mais ampla cobertura mundial à campanha do general Delgado como candidato unitário da Oposição, e a imagem do jornalista que, de 1961 a 1964, permitiu que "O Estado de S. Paulo" se transformasse numa tribuna permanentemente aberta à divulgação do genocídio colonial — fato que haveria de contribuir poderosamente para que entre a opinião pública brasileira se acentuasse o repúdio ao fascismo colonialista português e a solidariedade aos povos de Angola, da Guiné e de Moçambique, em luta pela independência nacional.

também uma delegação de 12 trabalhadores e de dez jovens. Da delegação de Lisboa e de Coimbra faziam parte estudantes universitários. Depois de uma breve exposição, por parte dos elementos das Comissões Distritais sobre a atividade nos seus setores, verificou-se que, de uma forma ou de outra, todos os que se pronunciaram eram favoráveis à intervenção na campanha eleitoral, à imediata constituição de comissões nos distritos onde as não haja, à unidade democrática e apresentação de listas únicas (havendo no entanto quem admitisse a hipótese do aparecimento de mais de uma lista nalguns distritos, o que não deveria obstar à unidade); à recusa de participação em listas mistas com a União Nacional.

O delegado dos Açores anunciou a criação de uma Comissão Eleitoral em Ponta Delgada.

MAIS PROTESTOS CONTRA A FRAUDE ELEITORAL

Os Democratas do Círculo de Leiria, encabeçados pelo dr. Vasco da Gama Fernandes, publicaram um comunicado no qual protestam contra as irregularidades que se verificam na primeira etapa do processo eleitoral, a do recenseamento. Nesse documento são feitas as seguintes acusações: "Não há livros de recenseamento, como a Lei determina, mas, de um modo geral, cadernos de folhas, parece que agrafadas. Em algumas dessas folhas há nomes cortados, a lápis ou a tinta, como foi verificado por vários eleitores. No termo de encerramento não estão indicados os números dos votantes de cada freguesia e de todo o concelho. Não foram incluídos muitos dos cidadãos que quiseram a sua inscrição, parecendo que essa exclusão afecta sobretudo os mais jovens. Em vez dos livros em que se respeitasse a ordem alfabética há, pelo menos, duas ordens, uma dos antigos eleitores, outra de inscritos recentes. Em nenhuma Secretaria da Câmara estão os cadernos patentes, sendo sempre um funcionário que diz se o interpellante está ou não inscrito, mas procurando não o deixar ver as folhas com os nomes inscritos ou eliminados. Nos eliminados (e com traços a lápis ou a tinta) verifica-se a "coincidência" de serem todos elementos oposicionistas, não havendo a supressão de nenhum elemento afecto ao actual regime político".

"Isso revela, prossegue o comunicado, que o Governo, que tem por si toda a força, que domina os meios de informação e não deixa que a imprensa discuta e clarifique os problemas, não deseja que a Oposição se prepare para participar válidamente nas próximas eleições." "Os fatos acima referidos, reveladores de uma ilegalidade de processos com raízes em quarenta anos de governação ditatorial, são indiscutivelmente graves e esclamadores quanto à tortuosidade dos meios que a Administração se mostra apostada em utilizar, não obstante as falaciosas promessas e as afirmações de legalidade amiúde produzidas".

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

A luta dirigida pelo MPLA recrudescer em tôdas as zonas da III e IV Regiões, tendo as forças colonialistas sofrido grandes perdas em homens e material. O Movimento Popular de Libertação de Angola anuncia que durante 1968 o povo angolano deixou de pagar 1.250.000 escudos só na IV Região, referentes ao Imposto Indígena, que, devido à guerra, não tem podido ser cobrado. Por outro lado, o MPLA vem denunciando ao mundo um fato extremamente grave: a participação de mercenários africanos, de países limítrofes de Angola, na guerra contra o povo angolano. O plano dos colonialistas é macabro: por um lado visa aumentar os seus efectivos com "carne de canhão" barata; por outro lado pretende treinar elementos que mais tarde, devido à sua origem africana, poderão facilmente servir de agentes de subversão nos países africanos independentes.

DESERÇÕES NO EXERCITO COLONIALISTA

Na frente de Cabinda tem-se verificado um grande movimento de deserções nos últimos dois meses, sobretudo entre os jovens angolanos mobilizados, criando uma situação nova para o Estado Maior português. Estas deserções representam, em primeiro lugar, uma resposta, da juventude angolana aos apelos do

Um manifesto dos democratas de Braga

A Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga publicou um manifesto assinado por cerca de 70 democratas, representantes concelhios, concitando o povo de Braga a se unir para levar à Assembleia Nacional um grupo de deputados independentes e fazendo ao governo "o desafio da legalidade". Só assim, diz-se no documento, se poderá pôr cõbro à situação em que o país se encontra: "guerra em três frentes, desesperada situação da agricultura, enorme atraso econômico, deficiente nível educativo e cultural, baixo nível de vida, isolamento internacional — são alguns dos problemas que resultaram diretamente da situação política que, há mais de 40 anos, monopoliza os poderes do Estado. De fato o regime sob o qual temos vivido transformou-nos no povo mais atrasado da Europa. Tirando-nos a liberdade sob o pretexto de que isso era necessário para promover o nosso progresso o chamado Estado Novo não deu ao povo português mais pão, mais cultura, mais saúde, mais dignidade. Deu-lhe antes guerra, emigração, atraso econômico, incultura, corrupção".

MPLA e, depois disso, mostram a desmoralização que grassa no Exército, onde são frequentes os conflitos entre portugueses e africanos. Por sua vez, os soldados portugueses rebelam-se abertamente contra as ordens de missão, recusando-se a abandonar a segurança das casernas rodeadas de arame farpado e transformando os quartéis em local de deboche: após o ataque das forças de libertação ao quartel de Miconge, em 14 de abril, verificou-se a existência de numerosas mulheres africanas entre os mortos.

DEPOIMENTOS DE DESERTORES

Continuam sendo trazidas a público declarações de soldados portugueses desertores, mostrando a situação difícil em que se acham as forças expedicionárias. Assim, o 1.º cabo José Maria Neto, que pertencia ao Grupo de Artilharia de Campanha n.º 1, de Luanda, refere-se da seguinte forma às tentativas demagógicas de mostrar ao mundo a sociedade multirracial portuguesa: "Mesmo no Exército, o angolano continua sendo espezinhado. No Onzo, onde estive na bateria 514, o efetivo era composto por angolanos e portugueses, havendo no refeitório mesas separadas para brancos e negros". Segundo o soldado Salviano de Jesus Sequeira, também do Grupo de Artilharia de Campanha n.º 1 de Luanda, já ninguém acredita nos comunicados de guerra dos colonialistas, que diminuem sempre o número de baixas. "Raro é o dia, declara, em que não chegam helicópteros uns atrás dos outros para transportar feridos graves para o recinto que rodeia o hospital de Luanda. E só são enviados para o hospital os feridos graves, porque os outros são assistidos no próprio local e os mortos angolanos são sepultados imediatamente. Só os soldados portugueses são guardados em urnas e depois embarcados secretamente para Portugal, quando as suas unidades acabam o tempo de serviço. Nos depósitos de Agrupamento de Serviços de Material de Angola encontram-se montes e montes de malas dos soldados mortos em combate". O furriel Domingos Manuel dos Santos Costa, da Companhia de Caçadores n.º 1.642 de Maquela do Zombo, denuncia o governo português por ter abandonado à sua sorte 13 soldados portugueses detidos

num campo militar congolês, depois de terem sido aprisionados quando violavam a fronteira da República do Congo. "Na prisão congolês se não morreram de fome e não vivem nus foi graças a alguns comerciantes portugueses de Kinshasa que se condoeram e lhes enviam alimentos e roupas".

A LUTA MILITAR

Entretanto, os combates prosseguem em tôdas as frentes. No distrito de Cabinda, só no período abril-maio as perdas colonialistas elevam-se a 48 mortos, 24 feridos, uma caserna parcialmente inutilizada e duas viaturas militares destruídas. O balanço das perdas na III e IV Regiões (distritos de Moxico, Cuando-Cubango, Lunda e Malange), segundo um comunicado distribuído em fins de maio é o seguinte:

Fora de combate	287
dos quais:	
Soldados portugueses	265
Angolanos	3
Africanos originários de países limítrofes de Angola	19
Viaturas destruídas	12
Pontes destruídas	2

Atualmente, dez dos quinze distritos de Angola estão em guerra, o que significa que um terço do país se acha envolvido na luta armada.

PUBLICAÇÕES SOBRE A LUTA ANTICOLONIALISTA

Na coleção *Libération des colonies portugaises*, publicada em Argel pela Information — CONCP (18, Rue Dirah, Hydra-Alger), acaba de surgir um volume sobre Angola. Trata-se de um livro indispensável a quem se interessa pelo problema angolano, pois trata com bastante desenvolvimento da situação social e da situação econômica no país, dedicando um capítulo à luta de libertação nacional. No momento em que a luta armada em Angola entra no nono ano, este volume vem iluminar a presente conjuntura mostrando os dados essenciais da situação e insistindo no aspecto econômico para fazer ressaltar a natureza da pilhagem internacional que se abateu sobre as riquezas de Angola. O livro é ilustrado com mapas e fotografias.



E assim que vivem na Guiné os soldados portugueses: entocaiados como coelhos, nas ruínas de campos entrancheirados, dia e noite acoçados pelos guerrilheiros do P.A.I.G. Essa é a realidade da guerra colonial.

Pela amnistia e contra a repressão

A destituição de Caetano

Na entrevista coletiva dada à imprensa brasileira, no dia 12 de Julho, no Rio de Janeiro, Marcelo Caetano teve a destituição de declarar que "não há presos por delitos de opinião em Portugal". Sómente, declarou, "existem algumas dezenas de presos políticos em Portugal, todos condenados por subversão". A tentativa de mistificação do sucessor de Salazar é bem evidente.

Todavia, acontecimentos próximos encarregam-se de desmentir as declarações do governo de Lisboa. Além de inúmeras prisões de trabalhadores nos últimos meses somente no mês de Maio foram presos pela PIDE em Lisboa dezenas de estudantes, entre os quais: António Manso, do Instituto de Novas Profissões; Manuel Cabral, aluno do liceu Padre António Vieira; Maria da Graça Marques Pinto, da Faculdade de Direito; e os estudantes liceais Jorge Tavares de Souza, João Sargaço, António Ferreira de Souza e José de Vasconcelos Rodrigues. Em 6 de Junho foram presos em Coimbra 46 estudantes, dos quais 3 universitários brasileiros que só foram libertados mediante energética ação da Embaixada do Brasil em Lisboa e na véspera da viagem de Marcelo Caetano a este país.

Mais recentemente ainda é a própria PIDE que anuncia, em nota oficial, a prisão de três destacados anti-fascistas: *Angelo Matos Veloso, Manuel Martins Pedro e Carlos Joaquim Matos* — e numerosas outras prisões de democratas cujos nomes ainda não são conhecidos.

Se a estas dezenas de prisões, ocorridas nos últimos três meses, juntarmos as centenas de patriotas que cumprem as penas a que foram condenados nas sinistras fortalezas de Peniche e Caxias e os milhares de africanos que estão sendo exterminados no Campo da Morte Lenta do Tarrafal e em outros campos de concentração existentes em Angola, Guiné e Moçambique teremos o quadro completo da repressão em Portugal. Porém, para o sr. Caetano não existem presos por "delito de opinião" em Portugal...

A verdade que o governo nega

Marcelo Caetano declarou ainda à imprensa que "o regime nas prisões é melhor para os presos políticos do que para os presos comuns". Esta tentativa de justificar os crimes cometidos pela PIDE ao longo destes 43 anos de fascismo revela bem o carácter "liberal" e "humanista" do sucessor de Salazar. Não vamos repetir o que tem acontecido e continua a verificar-se nas masmorras fascistas por onde passaram já mais de uma dezena de mirmas de portugueses, os vis assassínios perpetrados pela polícia política do sr.

Marcelo Caetano e que estão bem na lembrança do povo português. Vamos apenas citar alguns dos patriotas que permanecem presos na fortaleza

Nomes dos Prêso

Manuel Baridó	18 anos e 2 meses	23-7-1966
José Magro	15 " e 9 "	13-12-1975
Carlos Costa	14 " e 4 "	1-2-1974
Guilherme de Carvalho	13 " e 8 "	7-1975
António Dias Lourenço	12 " e 9 "	13-2-1980
Joaquim Pires Jorge	12 " e 5 "	15-6-1972
Júlio Martins	12 " e 11 "	15-12-1969
João Honrado	10 " e 11 "	24-10-1967
Rogério de Carvalho	9 " e 5 "	1979
Jorge Araújo	8 " "	8-5-1970
Octávio Pato	7 " e 5 "	15-6-1970
José Carlos	7 " e 5 "	5-1972
Fernando Blanqui	7 " e 1 "	1972
Teixeira	6 " e 5 "	2-1975
Domingos Abrantes	6 " "	3-1966
Manuel Rodrigues	6 " "	3-1966
António dos Santos Graça ..	5 " e 2 "	31-3-1969
Ilídio Esteves	4 " e 11 "	6-10-1970
Alvaro Veiga de Oliveira	3 " e 5 "	20-12-1969

O quadro acima é bem revelador da "amenidade" das penas a que são condenados os patriotas portugueses que têm a coragem de se insurgir contra o fascismo. Mas o povo

za de Peniche e que "gozam" das "delícias" do regime prisional a que se referiu Marcelo Caetano na citada entrevista à imprensa brasileira.

Tempo já Passado na prisão e data em que terminam a pena e entram em "medidas de segurança".

português não aceita as "blagues" e justificativas do sr. Marcelo e continua a lutar, cada vez com mais firmeza, pela libertação dos presos políticos e pela Amnistia total.

É PRECISO SALVAR PALMA INÁCIO!

A propósito da prisão, em Madrid, do valoroso combatente anti-fascista *Herminio Palma Inácio*, a Junta Revolucionária Portuguesa distribuiu, em Argel, à imprensa internacional o seguinte comunicado:

Na passada quarta-feira, dia 25 de Junho, pelas cinco horas da manhã, foi preso em Madrid, o intrépido combatente anti-fascista *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*.

HERMINIO DA PALMA INÁCIO que se evadira do anexo prisional da própria sede da PIDE, no Porto, na madrugada de 9 de Maio, tinha sido acolhido e defendido por democratas, conseguiu passar a fronteira luso-espanhola, e encontrava-se em Espanha há cerca de 12 dias.

HERMINIO DA PALMA INÁCIO, que entrou em contacto com a *FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL* logo que chegou a Madrid, foi preso, pela polícia espanhola, em circunstâncias que não estão ainda perfeitamente esclarecidas, algumas horas antes da sua saída de Espanha, que estava preparada para a própria tarde de quarta-feira, dia 25.

Se pensarmos nas actividades revolucionárias de que é acusado, e cuja responsabilidade *HERMINIO DA PALMA INÁCIO* assumiu e reivindica a mais recente das quais — a entrada em Portugal em Agosto de 1968 com um grupo armado — lhe valeu a condenação de 15 anos de prisão maior, se pensarmos nas operações de caça ao homem que se alargaram a todo o país após a sua fuga

dos cárceres da PIDE; se pensarmos no comunicado da PIDE publicado nos jornais e rádio-difundido que o classifica de "indivíduo muito perigoso" e põe a sua cabeça a prêmio; se pensarmos na estreita colaboração entre os dois regimes totalitários da Península, temos fortes razões para considerar que o valoroso patriota corre um grave perigo. Queremos dizê-lo com toda a clareza: o nosso Amigo *HERMINIO DA PALMA INÁCIO* corre o perigo de ser entregue aos sicários da PIDE.

Ao difundir esta comunicação que confirma as notícias postas a correr desde a tarde de sexta-feira dia 23, pelas agências noticiosas e pelas principais emissoras, a *FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL* dirige um apelo a todos os seus militantes e aderentes, a todos os democratas, a todos patriotas:

É preciso salvar *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*! É preciso arrancar da prisão *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*! Prêso às primeiras horas da manhã de quinta-feira, hoje, sábado, *HERMINIO DA PALMA INÁCIO* ainda se encontrava prêso em Madrid.

A notícia de sua prisão já correu mundo.

O pedido de extradição apresentado pelo governo português às autoridades francesas, em 1967, foi recusado pela justiça francesa.

Devemos colocar as autoridades espanholas perante as suas responsabilidades políticas e morais: *HERMINIO DA PALMA INÁCIO* é um com-

batente antifascista, é um militante revolucionário, é um patriota.

Todos os militantes e aderentes da *FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL*, todos os democratas, todos os patriotas devem afirmar a sua solidariedade a *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*.

A liberdade e a vida de *HERMINIO DA PALMA INÁCIO* estão nas vossas mãos!

É preciso defender *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*!

É preciso libertar *HERMINIO DA PALMA INÁCIO*!

"Portugal Democrático", que em sua última edição havia expressado a satisfação dos democratas portugueses do Brasil pela evasão de Palma Inácio, junta agora a sua voz à da F.P.L.N. apelando para todos os seus leitores e amigos no sentido de desencadear um potente movimento de solidariedade a favor daquele corajoso combatente anti-fascista.

"Portugal Democrático"

Por falta de recursos materiais, o nosso jornal não pôde ser publicado em Julho. Esta edição sai com 10 páginas devido a acumulação de notícias recebidas dos nossos correspondentes e à nossa preocupação de levar aos leitores de Portugal uma imagem real da visita do sr. Marcelo Caetano, pois os relatos e comentários da imprensa censurada de Portugal deformaram por completo os fatos e o significado da viagem, escondendo da Nação o malogro político do sucessor de Salazar.

No momento em que são anunciados como iminentes

Libertados doze prêsos políticos

Foram libertados recentemente doze democratas que nas cadeias fascistas tinham passado longos anos de prisão. Entre os presos libertados contam-se três valentes mulheres portuguesas: *Olivia Sobral, Maria Cabecinha e Alice Capela*.

Saudamos a sua libertação como mais uma grande vitória da opinião pública nacional e internacional. Com efeito, esta, nova vitória só foi possível graças à intensa campanha que se tem desenvolvido nos últimos meses em Portugal e no estrangeiro em defesa dos presos políticos.

Este novo sucesso de luta pela libertação dos presos políticos deve animar todos os democratas portugueses e todos os verdadeiros amigos de Portugal a prosseguirem e reforçarem a sua ação para que sejam restituídos à liberdade as centenas de lutadores que ainda permanecem nas masmorras fascistas.

novos aumentos no setor gráfico e nova alta das taxas do Correio, "Portugal Democrático" apela uma vez mais para os seus amigos espalhados pelo mundo, lembrando-lhes que a sobrevivência da mais antiga tribuna de combate ao fascismo português que se publica no Exterior, depende da sua ajuda. Cabe aqui, a propósito, agradecer a solidariedade especial que sempre temos recebido do grupo dos Portugueses Democratas de Recife e de todos os nossos companheiros do Canadá, onde Amélio dos Santos constitui um admirável exemplo de dedicação.

Resposta a um Consul

(Continuação da pág. 6) me do Senhor Salazar, que se afirmou publicamente "anti-democrático, anti-liberal, autoritário e intervencionista" (ver "Discursos" de Salazar).

O Senhor Marcelo Caetano, que foi durante muitos anos ministro de Salazar, não repudiou publicamente, nem por atos nem sequer por palavras, a política do seu antecessor e chefe.

Ainda não suprimiu a PIDE, não dissolveu os Tribunais Plenários, não acabou com a Censura à Imprensa, não reabriu a Sociedade dos Escritores Portugueses suprimida pelo seu antecessor, não restabeleceu a liberdade de formação de partidos políticos suprimida há quarenta anos, não readmitiu os Professores e Estudantes afastados das Universidades por motivos políticos, não promulgou a Anistia aos prêsos políticos, não revogou a legislação sobre medidas de segurança que permite prisão sem crime por período indeterminado, continua votando na ONU ao lado dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia e continua a não permitir debate público sobre a guerra conduzida contra os Povos da Guiné, Angola e Moçambique.

Se o Senhor Dr. Eduardo Fernandes quiser consultar os arquivos da repartição que dirige aqui no Recife, constatará que o carácter anti-democrático da situação Portuguesa tem ido até ao ponto de se

negar passaporte normal a cidadãos portugueses radicados no Brasil, como, por exemplo, aos dois signatários.

Estranhamos que o Senhor Dr. Eduardo Fernandes venha dizer que tanto êle como outros compatriotas nossos tenham ficado indiferentes às nossas afirmações sobre a falta de liberdades em Portugal. Queremos, pelo contrário, adque reflectem sobre a gravidade da situação Portuguesa e sobre a necessidade de conviência cívica como condição para a sobrevivência de Portugal independente, se dirijam ao Senhor Marcelo Caetano, tomando posição contra a ditadura e reivindicando as liberdades democráticas. » — *Ruy Luis Gomes e José Morgado*.

Pequenas Notícias

A C. P. pediu ao governo nova revisão de tarifas, alegando que o aumento de salários que foi obrigada a conceder no início do ano, cujo montante ascendeu a 120 mil contos, havia desequilibrado o seu orçamento. Sabe-se porém que o pedido de aumento de tarifas, após ter esgotado o Fundo Especial dos Transportes Terrestres, destinava-se a custear as chorudas gratificações e passeatas dos seus administradores.

João Salgueiro, antes de ser escolhido por Marcelo Caetano para o governo, acumulava a função pública de director do chamado Plano de Fomento com a direcção do "nucleo de estudos" do Banco Totta-Alliança.

NOTAS E COMENTÁRIOS

(Continuação da pág. 3)

uma idéia, por exemplo, do que foi o almoço na Casa de Portugal, no dia 9, basta recordar que logo de início a comitiva, quando descia para o salão do banquete esbarrou numa porta fechada, que ninguém conseguiu abrir. O cônsul, uma figurinha bem conhecida dos democratas portugueses, caiu em desespero. Mas o facto é que a chave da porta tardou em aparecer enquanto dezenas de pessoas subiam e desciam escadas, perdendo-se nos corredores do casarão numa balbúrdia tremenda. No almoço, o prefeito não tinha lugar na mesa de honra e à última hora tiveram que ir procurar lugar e cadeira para o senador Carvalho Pinto, ex-governador de S. Paulo. Ninguém se lembrara no Consulado da sua existência!

No banquete do dia 11, realizado na Embaixada, houve outro "show", também relatado pelos jornais brasileiros. Todos os representantes da imprensa portuguesa integrados na comitiva foram barrados. O incidente não foi resolvido e, em sinal de protesto, os jornalistas retiraram-se. Não conseguimos apurar se a ordem partiu do embaixador Fragoso Al-Rachid ou da própria PIDE.

Sobre as atitudes do sr. Marcelo Caetano haveria também muita coisa a dizer, a principiar pelo mau gosto de uma imagem sua que fica para a posteridade: "É a hora de casarmos, depois de longo namoro!" Limitar-nos-emos, porém, a citar um pormenor: o seu encontro com um colunista mundano conhecido em todo o Brasil pela sua ignorância crassa e pelas suas frivolidades imbecis. O sr. Marcelo Caetano não só declarou ser um assíduo leitor (sic) desse fabricante de mexericos como lhe concedeu uma entrevista. Na "crônica" relativa "à noite elegante, linda e pôdre de chic", esse escrevinhador, depois de fazer várias considerações sobre o guarda-roupa da embaixatriz, escreveu apenas esta preciosidade: "Através do meu programa de televisão, Marcelo Caetano enviou uma mensagem às bonecas e deslumbradas do Brasil". Sem comentário.

Caetano professor

O professor Marcelo Caetano, na sua 4.ª Conversa em Família, através da Rádio e Televisão, em 17 de junho passado, declarou, entre outras coisas, a propósito do problema educacional: "enquanto a afluência dos alunos em número crescente de ano para ano é um acontecimento que se impõe por si só, já a construção de escolas e a preparação de professores não sucedem com a mesma facilidade e espontaneidade. Os nossos planos de fomento dotaram a construção de edifícios que por todo esse país têm sido levantados e se continuam a erguer. Mas cada edifício exige projectos, concursos de empreitada, tempo para fazer e apetrechar; para construir muito e depressa requer-se, além de dinheiro, uma máquina com muita gente e de boa qualidade; e por mais estugadamente que se ande, nunca se vai tão rápido como seria preciso. Quanto à preparação dos professores ainda é mais difícil. O professorado exige saber, capacidade e vocação. Não é fácil improvisar nesta matéria. Nem se pode forçar muito, sob pena de enchermos os quadros com pessoas que não estejam à altura das graves responsabilidades educativas que lhes incumbem".

Mais recentemente, a quando da sua viagem ao Brasil, em discurso proferido na cerimônia que lhe conferia o título de Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 11 de julho passado, declarou, entre outras coisas (jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12 de julho): "Lembrei o Vice-Reitor a minha carreira universitária. Sou, efetivamente, acima de tudo professor. Abracei a profissão não para escolher modo de vida, mas em obediência a esse impulso, a essa atracção, a essa dádiva de si própria que se chama vocação. Tudo o que fiz na vida como político, administrador, jurista... desde que ingressei na Universidade, foi acessório em relação à minha preocupação e ocupação principais".

Cabe aqui lembrar que algumas dezenas de colegas do Prof. Marcelo Caetano, demitidos sumariamente das Universidades portuguesas, abraçaram a profissão, tal como ele, "não para escolher modo de

vida, mas (também) em obediência a esse impulso, a essa atracção, a essa dádiva de si próprios que se chama vocação".

Cabe também aqui lembrar que muitos deles ocupam lugares em Universidades estrangeiras, desde a França, aos Estados Unidos, à Argentina, ao Brasil. Outros, em Portugal, não têm acesso aos lugares da sua vocação. Sabemos, tal como o Prof. Marcelo Caetano, que "não é fácil improvisar nesta matéria" e também que se não devem "encher os quadros com pessoas que não estejam à altura das graves responsabilidades educativas que lhes incumbem".

Também sabemos que os gravíssimos prejuízos causados ao País pelo afastamento compulsivo das Universidades de algumas dezenas dos melhores quadros científicos e docentes não será nunca reparável. A história julgará os responsáveis dessa criminosa política obscurantista. Mas também sabemos que se o Prof. Marcelo Caetano estivesse na atitude de reparar, naquele mínimo ainda possível, os atropelos de um passado de mais de 40 anos, teria sem dúvida reintegrado nas Universidades do País, quadros científicos e docentes como Ruy Luis Gomes, António Aniceto Monteiro, Hugo Baptista Ribeiro, Manuel Valadares, João Andrade e Silva, António José Saraiva, Vasco de Magalhães Vilhena, Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho, para mencionarmos apenas alguns dos nomes mais expressivos, dispersos pelas Universidades da Europa e da América, e até nalguns casos colocados no ostracismo dentro das fronteiras da própria Pátria.

Não acreditamos nas intenções moralizadoras e renovadoras do Prof. Marcelo Caetano. E tanto mais que o Prof. Marcelo Caetano foi várias vezes Ministro do Governo que se celebrou por essa criminosa política obscurantista. Nunca do Prof. Marcelo Caetano saiu um protesto, nem como Ministro, nem como o tal Professor que o é por vocação.

Não não acreditamos.

Defesa da unidade

Os democratas portugueses do Brasil agrupados em torno da "Unidade Democrática

Portuguesa" procuraram, logo que a visita do sr. Marcelo Caetano foi anunciada oficialmente, realizar um amplo trabalho de pesquisa entre todos os adversários do regime, a fim de se chegar a uma definição unitária que reflectisse a posição do maior número possível de opositoristas. Nesse sentido, e para que o documento a ser divulgado durante a visita tivesse ainda mais significado e traduzisse não apenas o pensamento dos democratas do Brasil, mas, globalmente, o de todos os núcleos da emigração anti-fascista de América, foram feitas, durante dois meses consultas às entidades democráticas existentes no Canadá, nos Estados Unidos, na Venezuela, no Uruguai e na Argentina. Dessa valiosa troca de impressões resultou a Carta Aberta a Marcelo Caetano que publicamos noutra página. Pode afirmar-se que a forma definitiva e o fundo desse documento surgiram como consequência de um trabalho democrático em que colaboraram democratas portugueses que, apesar de separados por milhares de quilómetros, formam hoje um bloco coeso cimentado na mútua confiança, numa bela camaradagem, e num fortalecimento constante do espírito unitário.

Unidade não significa, entretanto, necessariamente unanimidade. Os elementos da Unidade Democrática Portuguesa, investidos pelos companheiros de cinco países americanos na missão de discutir a elaboração de um documento comum com outros opositoristas do Brasil tiveram sempre presente que o trabalho da emigração anti-fascista é complementar e nunca pode deixar de ser o reflexo do trabalho unitário realizado em Portugal, onde será decidido o futuro da Nação. Precisamente por isso, inspiraram-se fundamentalmente no espírito reinante no Congresso Republicano de Aveiro e na Resolução aprovada por aclamação nessa grande jornada unitária. Se diferenças existem entre a Carta Aberta e a Resolução de Aveiro elas são sobretudo de estilo e linguagem, pois os anti-fascistas de Portugal, pela ação da PIDE e da Censura, enfrentam limitações irremovíveis.

Houve no Brasil alguns opositoristas que entenderam dirigir-se ao sr. Marcelo Caetano noutros termos. Não omitimos o fato, embora o deploremos. Os representantes da Unidade Democrática fizeram tudo para chegar a uma posição comum, unitária. Esse esforço foi inútil. Um pequeno grupo de opositoristas mostrou-se irreductível na determinação de enviar ao sr. Marcelo Caetano uma carta em que certas questões fundamentais eram abordadas segundo uma perspectiva incompatível com a linha definida no Congresso de Aveiro, envolvendo concessões ao caetanismo. Individualmente, houve também elementos que, embora conhecidos como opositoristas, aproveitaram a vinda do chefe da ditadura portuguesa para, sob o manto de críticas frouxas, tecerem comentários à sua pessoa e à sua acção que envolvem um convite ao "diálogo" e, em úl-

tima análise, uma capitulação.

Fazemos votos para que a meia dúzia de signatários do documento a que aludimos tenha compreendido já o seu erro e volte amanhã a engrossar as fileiras do corpo coeso de anti-fascistas que recebeu o sr. Marcelo Caetano com as palavras que ele merecia. O trabalho unitário não consente rancores.

A unanimidade não foi possível agora, mas sê-lo-á, talvez, amanhã. Aliás, a extraordinária divulgação que a Carta Aberta obteve nas colunas da imprensa brasileira — dois jornais publicaram-na na íntegra e a "Tribuna da Imprensa", do Rio, dedicou-lhe quase uma página inteira, sob um título a oito colunas — trouxe-nos três certezas: 1) O objectivo foi atingido; 2) os anti-fascistas portugueses saíram prestigiados perante a opinião pública brasileira; 3) a unidade entre as organizações democráticas portuguesas do Continente Americano é hoje mais forte do que nunca.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Anton'o Serpa —
Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —
Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin - 10 Fentiman
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro —
107, rue Valaanderenstraat —
Valaanderenstraat —
Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian
Democratic Association 357 ½
College St Box 153 Station B —
Toronto 2 B — Ontário
A. dos Santos
7405 d'Outremont Ave. — Apto. 3
Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica
Portuguesa del Uruguay Casilla
de Correo n.º 2.128 — Distrito 5
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro -
Postovni Urad/Jindřiská
UL. C. 14 Schránka 646 — Praha 1 —
Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de
"Portugal Democrático" - 2, Place
François Villon — Escalier E
— La Courvenne — Seine -
França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 —
5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933
Caixa Postal, 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,30
Assinatura anual NCr\$ 5,00

Ano XIV — N. 142 — Julho —
Agosto de 1969

Os artigos assinados traduzem
apenas a opinião de seus autores,
sendo por conseguinte de sua
exclusiva responsabilidade.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Conselho de Segurança aprova moção de censura a Portugal

Nações Unidas (Do Correspondente) — Por onze votos a favor e quatro abstenções (Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e França), e Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, no dia 28 de Julho, uma severa moção de censura, condenando o governo do sr. Marcelo Caetano por atos de agressão perpetrados pelas forças militares portuguesas contra a República de Zambia.

A queixa de Zambia foi motivada pelo assassinio de dois civis, na aldeia de Lote, próximo da fronteira de Moçambique, durante uma incursão repressiva do dia 30 de junho, p.p.

Os representantes dos quatro países que se abstiveram, tentaram por todos os meios, impedir que a moção fosse aprovada, mas não o conseguiram. O embaixador português Bonifácio de Miranda rejeitou a acusação, como era de esperar, mas, apertado pelos membros do Conselho, acabou confessando que em oportunidades anteriores, elementos das forças armadas portuguesas haviam invadido o território de Zambia, mas, apurados os factos, o governo de Lisboa tinha sempre indemnizado o de Lusaka pelas destruições causadas.

A moção aprovada contém uma severa censura e recomenda ao governo do sr. Marcelo Caetano que suspenda definitivamente todas as incursões armadas contra a República de Zambia.

Caetano demite Adriano Moreira

LISBOA (Do Correspondente) — As contradições internas do fascismo português acabam de vir à tona com a demissão do sr. Adriano Moreira do cargo de diretor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na sequência de uma série de medidas governamentais que desmantelaram praticamente aquela Faculdade, onde se formam os quadros superiores do funcionalismo colonial.

O ministro fascista Hermano Saraiva abriu a crise, suprimindo três cursos e suspendendo as atividades da Associação Académica, por considerar de "carácter nitidamente revolucionário", o número dois do Boletim IBIS, órgão daquela entidade estudantil.

"Julga-se oportuno referir — assinalava a lacônica nota oficial do Ministério da Educação — que desde o início do corrente ano lectivo se desenhava um movimento traduzido em sucessivas tentativas de agitação da ordem académica, especialmente no que respeita a outros estabelecimentos de ensino de Lisboa, onde a presença de alunos daquele Instituto se fez sentir em todos os momentos em que se verificaram tentativas de alteração da ordem".

Os estudantes reagiram à altura ao desafio do ministro Hermano Saraiva e convocaram uma assembléia — com a presença da imprensa — para responderem às intrigas e provocações do Ministério.

Demagogo como sempre e desejoso de ficar bem com Deus e o Diabo, o diretor do Instituto, prof. Adriano Moreira, compareceu à reunião e, embora fazendo o que julgava ser o jogo do Governo, procurou não se incompatibilizar com os alunos. Uma frase, em que procurou pôr toda a sua astúcia de rapôsa salazarista, fê-lo, entretanto, cair em desgraça junto de Caetano. Ela: "Neste país, as autoridades académicas, em que me incluo, são da confiança do Governo. Eu sou funcionário da confiança do Governo e cumprirei os deveres do meu cargo, a que jurei fidelidade. Mas a confiança é recíproca e não poderei ter qualquer hesitação, se o momento chegar, em declarar que o Governo não a merece".

Horas depois, o sr. Adriano Moreira era destituído das suas funções de diretor do Instituto. A decisão teria partido do sr. Marcelo Caetano e, contra todas as normas, a notícia do afastamento foi dada ao interessado pelo telefone.

Nos meios democráticos, onde o sr. Adriano Moreira é encarado como um fascista descontente, o problema da destituição do ex-ministro das Colónias é encarado como questão interna do regime e a tendência é para mobilizar a opinião pública em defesa dos estudantes, relegando a plano secundário o ajuste de contas das comadres desavindas. Mas o sr. Adriano Moreira, oportunista e ambicioso, procura agora aproximar-se dos adversários da véspera, insinuando que poderá vir a transformar-se num grande inimigo do regime que sempre serviu tão abjectamente. Os democratas portugueses saberão receber com o merecido desprezo o tardio "arrependimento" do sr. Moreira.

A imprensa, como era inevitável, mantém um silêncio tumular sobre os acontecimentos.

Ultima Hora

Revolta em Cabo Verde ferozmente reprimida

Cidade da Praia (Do Correspondente) — Uma revolta camponesa na ilha de Santo Antão foi reprimida pelas forças militares e policiais colonialistas.

Embora o P.A.I.G.C. viesse anunciando que a luta de libertação nacional seria brevemente estendida as ilhas de Cabo Verde, as autoridades colonialistas foram colhidas de surpresa pelo levantamento dos camponeses de Santo Antão. O governo de Caetano estava tão despreocupado que vinha garantido uma "paz eterna" em Cabo Verde, persuadindo grandes empresas germano-ocidentais a instalarem-se no arquipélago.

Entretanto, logo que se soube da rebelião, foram enviados reforços para Santo Antão e a tropa agiu ali com a maior ferocidade, praticando numerosos crimes contra civis indefesos e estranhos à revolta. As prisões caboverdeanas estão cheias de patriotas. Mas tarjetas com palavras de ordem do P.A.I.G.C. continuam a circular, e o povo diz que os elementos do partido de Amílcar Cabral estão preparados para continuar a luta, e que uma nova fase da história de Cabo Verde se iniciou.

Santo Antão foi a ilha onde

o dr. Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, viveu

confinado durante algum tempo quando deportado para o arquipélago.

O Bispo do Porto regressa a Portugal

Após 10 anos de exílio D. António Ferreira Gomes regressou a Portugal e é reintegrado na sua diocese do Porto. Este acontecimento que encheu de júbilo e satisfação os católicos e democratas portugueses, está sendo apresentado por alguns sectores da imprensa nacional e estrangeira como mais uma prova do espírito "liberal" do sr. Marcelo Caetano. Entretanto, a verdade é bem diferente. O chefe do governo de Lisboa não fez mais do que se submeter às pressões da opinião pública nacional e internacional, à pressão diplomática do Vaticano, que há longos anos vinha reclamando o regresso ao país do ilustre prelado, vítima, como tantos milhares de portugueses, do odio da ditadura fascista. Trata-se, por

tanto, de uma vitória do povo e dos democratas portugueses, dos setores progressistas da Igreja da opinião internacional.

Assim o compreendeu aliás, D. António Ferreira Gomes ao salientar na entrevista dada a imprensa, que "o conforto e o apoio da opinião pública" nunca lhe faltaram ao longo dos 10 anos de afastamento das suas actividades prelaticas. Por outro lado, quando na mesma entrevista, o ilustre prelado faz votos para que "doravante to-



dos os diocesanos, sem excepção, participem na comunhão de alegria e ação de graças da paz, unidade e liberdade" revela que não esquece os milhares de portugueses espalhados pelo mundo e que continuam impedidos de retornar ao país.

"Portugal Democratico" que denunciou sempre com a maior veemência o odio fascista ao Bispo do Porto, que promoveu e participou de todas as campanhas pelo regresso de D. António Ferreira Gomes à sua diocese, sauda o ilustre antistite e congratula-se com o povo católico e os democraticos portugueses pela grande vitória alcançada.

Exército revoltado com a tragédia do Zambeze

BEIRA (Do Correspondente) — Decorrido um mês sobre a tragédia que vitimou 106 soldados — entre os quais 50 moçambicanos — a emoção provocada na colónia, em vez de se atenuar aumenta e desdobra-se, sendo cada vez maior a indignação e a revolta nos quartéis, onde oficiais e soldados, desprezando ordens estritas do alto comando para se absterem de comentar o desastre, discutem abertamente o caso, responsabilizando as altas patentes e "esta guerra porca e maldita" pela morte dos seus companheiros.

Nesta cidade, bem como em Lourenço-Marques, sabe-se que as notas oficiais divulgadas a respeito do naufrágio do batelão constituem um amontoado de mentiras. A história inventada por certos jornalistas fascistas sobre corredeiras e remoinhos terríveis é igualmente uma manobra de diversão. Na realidade, as causas profundas da tragédia são as mesmas de outros desastres menores ocorridos em Moçambique e em Angola e do terrível naufrágio ocorrido num rio da Guiné, em que perderam a vida 47 militares. Na origem de tudo figura a incuria, a irresponsabilidade, o amoralismo dos homens do Estado-Maior e do Alto-comando, para os quais a vida dos soldados e dos oficiais subalternos não tem o menor valor. Solidários com a indignação reinante nos quartéis, milhares de colonos lembram que o simples facto de o destacamento do alferes Oscar Rosário ter permanecido 6 dias e 6 noites na margem do Zambeze aguardando instruções para a travessia, numa região inhóspita como a de Mopeia, sem que as autoridades superiores tomassem conhecimento da sua crítica situação, é revelador do abandono a que são votados os militares que não vivem no conforto das grandes cidades ou nos principais quár-

teis do interior. Um jovem alferes — comenta-se — não poderia nunca comandar uma missão que envolvia decisões tão graves como a travessia do Zambeze com 160 homens e muito material pesado, incluindo várias viaturas militares.

E certo que o naufrágio não ocorreu imediatamente após a largada. Mas as precárias condições do batelão e a sua incapacidade para transportar tamanho peso evidenciam-se na circunstância de ter ido a pique, com a sua carga, em menos de um minuto. Dos 160 passageiros que transportava, apenas 54 não pereceram no naufrágio. Mas as condições de muitos dos sobreviventes são tão más que a lista de vítimas não pode considerar-se encerrada.

Como habitualmente, as autoridades militares agitaram-se fora de tempo. Quando tudo se consumara e o rio estava cheio de cadáveres dilacerados pelos crocodilos, chegaram helicópteros e aviões militares que nada puderam fazer. O general Costa Gomes apareceu também no quartel da Mopeia, exibindo-se, o que revoltou ainda mais a guarnição, mergulhada em profundo desespero. Como é igualmente da praxe, foi ordenada a abertura de "um rigoroso inquérito", cujo destino será uma gaveta qualquer em Lisboa. Quanto ao governador de Moçambique soltou uma das suas tiradas idiotas de antigo dirigente da "Mocidade Portuguesa": "Se os vossos camaradas não morreram lutando, morreram igualmente pela Pátria".

Terrível preço o que a juventude de Portugal e a de Moçambique estão pagando por uma guerra criminosa, incompatível com as aspirações dos dois povos, uma guerra que apenas interessa ao regime fascista e aos monopólios estrangeiros e portugueses.

REMETA

ESTE NÚMERO PARA

PORTUGAL